# Um pouco de historia

## (CHRONICA DO IPÚ)

POR

Eusebio de Souza

### I

A historia do Ipú é muito pouco conhecida . . . Quasi nada se tem escripto sobre a tradicional cidade sertaneja, pilherica ou ironicamente classificada, por um dos seus filhos, de *pacata e burgueza.*

A historia de nossos dias não regista, em suas paginas, facto algum que possa attestar o gráo de desenvolvimento dessa importante *urbs* dos sertões do norte do Estado do Ceará, occupando, sinão posição primaria, pelo menos vantajosa, no confronto que se fizer com as demais que compõem o vasto e riquissimo territorio cearense.

Caprichos, talvez, daquelles que se occupam de investigar o passado...

Entretanto—ninguem o contestará—«o decantado recanto do Ceará, onde poisou o genio immortal do divino cantor de Iracema», tem a sua historia cheia de desalentos e de glorias, um passado sanguinolento e complicado, dil-o um historiador.

Rememorar, pois, os seus episodios, investigando esse primitivo tempo de sua formação, é desejo de quem es-

creve estas linhas, corrigindo, em tempo, a flagrante injustiça dos illustres filhos dessa gloriosa terra, consentindo perdurar, na historia contemporanea, essa injustificavel sinão criminosa indifferença.

Quando nenhum valor pratico ou mesmo utilitario demonstre o justo proposito do rabiscador, de certo modo será dissipada a extraordinaria ignorancia que por ahi vae no tocante ao evoluir dessa querida terra ipuense, «esquecida de seu passado, perdendo seu caracter nativo, olvidando as suas lendas, os seus costumes, as suas festas, etc., etc».

E esse consolo justifica o fim dos desataviados rabiscos que se seguem, á guisa de chronica.

***

Reza a tradição—e não ha base para contestal-a—que o local onde está hoje assentada a séde da comarca, consequentemente a cidade do Ipú, faz parte da doação real de vinte leguas de territorio feita no anno de 1694, pelas Côrtes de Portugal, a d. Joanna Paula Vieira Mimosa, denodada matrona que, ao lado de seus filhos, contribuiu fortemente para a catechese dos indios então aldeiados nessas paragens, sem duvida alguma obedecendo a escola dessa valorosa catechese os mesmos moldes postos em pratica pelo grande Anchieta, «o suave e evangelico catechista e destinado a ser o Apostolo, o Thaumaturgo do Brazil».

A valente e infatigavel missionaria, talvez sacrificando a propria vida na sublime catechisação levada a effeito e com feliz resultado triumphante, via os seus esforços premiados com o reconhencimento do governo de Portugal, ainda ao tempo do Ceará colonisado remunerando os seus abnegados serviços, doando-lhe a si e aos seus filhos u'a porção de terra, justamente a parte onde mais se accentuara a sua benemerita e decidida acção.

Si por um lado recebia a respeitavel senhora o premio de seu trabalho dispendido com a collaboração de seus filhos no alevantado idéal da regeneração de uma raça sem valor como a dos nossos primitivos, hodiernamente assistimos a flagrante injustiça de nossos historiadores silenciando essa obra perdida na obscuridade dos tempos, esquecida nas paginas da historia patria como si a mesma não fôra filha de rara abnegação, de esforços inauditos, improprios até do seu sexo, maxime naquellas remotas éras.

A historia tem desses caprichos ..

Entretanto, era essa mulher varonil que, corajosamente, abnegadamente, contribuia para a formação de um nucleo que mais tarde, obedecendo á lei geral da evolução, abrindo caminho ao mundo culto e civilisado, num crescendo incessante de idéas novas que iam surgindo, umas após outras, viria a occupar posição honrosa na historia contemporanea, constituindo a cidade actual, magestosa, toda ufana de si, admirada e respeitada por todos.

O nome dessa heroina, porém, foi esquecido...

***

Comprehendia a porção de terra doada um valle coberto de sombrias mattas incultas e onde, segundo a tradição, imperava nas suas proximidades uma tribu tabajára—aldeiada na chã da serra da Ibiapaba a menos de uma legua em linha recta, no sitio denominado *Varzea* e conhecido pelo nome de *Aldeia de S. João.*

Era para esse valle que o gentio, na estação secca, vinha pescar e caçar, servindo de itinerario um caminho aberto por elle—estreita e ingreme escadaria ao lado esquerdo da serra, justamente no local onde se precipita, no valle, o ribeirão do Ipuçaba, hoje conhecido pela *Bica do Ipú,* a três kilometros approximados do coração da cidade.

Esse caminho aberto devido aos esforços do homem primitivo constitue ainda hoje a subida, que existe ao lado da formosa cachoeira e que é conhecida pela escada da *Bica.*

Já naquelles remotos tempos o gentio construira essa passagem—um verdadeiro abysmo— no intuito de ganhar terreno, evitando uma viagem de três leguas, descendo pela volta da serra; e, ainda hoje, essa escadaria, tosca como a sua primitiva construcção, si não offerece um franco accesso para todo aquelle que, do Ipú, tem de galgar a cordilheira, forçando o viajante a procurar a estrada real com a mesma volta dos primeiros tempos, lá se conserva livre ao transito, mas, ao que nos parece, somente procurada em casos excepcionaes, quando a necessidade de vencer a distancia obrigue esse mesmo viajante a enfrentar os perigos de sua subida a pique, numa altura calculada em cem metros

O valle doado não servia somente de campo de exploração dos indios para as suas pescarias e caçadas.

Era elle escolhido ainda para local das festas da tribu imperante nas cercanias, e mais, para enterramento dos mortos, o que faziam encerrando os cadaveres em feretros caprichosamente feitos de barro Confirma-o, não só a tradição como os innumeros vasos de barro ou potes, cheios de ossadas humanas, encontrados nas escavações feitas na cidade nas suas primeiras edificações.

O trabalho de catechese de d. Joanna Paula, começado sob os melhores auspicios, e em bôa hora reconhecido pelo governo, teve sua continuação com os serviços iniciados por uma commissão de missionarios, que aportaram ao logarejo no anno de 1740 e contribuiram para que o elemento de formação da futurosa cidade, melhor apparelhado, fosse sentindo os salutares effeitos que eram de esperar, em se tratando de um fim altamente digno como este de introduzir em regiões incultas alguma cousa de civilisação.

Esta missão—não se sabe ao certo os nomes dos missionarios que a compunham—nesse anno, deu começo aos seus serviços, e, ao que parece, no seu nobre e patriotico fim não encontrou difficuldades da parte dos naturaes, já de todo senhores da suavidade do trato dos catechistas na sua obra de regeneração, procurando incutir-lhes as luzes do christianismo inteiramente desconhecido

para elles no viver barbaro em que erravam por toda a extensa e uberrima cordilheira.

O trabalho da nova commissão de missionarios si não foi recebido com indivisivel prazer pelos indios, então aldeiados na *Varzea,* tambem não se pode dizer que houvesse repulsa da sua parte, pois, não lhes era mais indifferente a acção salutar dos primeiros exploradores das incultas paragens, inclusive a attitude soberanamente heroica de d. Joanna Paula Vieira Mimosa, desbravando os invios sertões, embrenhando-se nas sombrias mattas da serra, no afan glorioso de alguma cousa fazer em prol da tribu, que alli assentara os seus arraiaes

As primeiras missões já haviam contribuido com inegualavel e forte parcella de heroismo para a reformação espiritual dos aborigenes, cujos effeitos iam sendo demonstrados com o decorrer dos tempos.

Uma dellas—talvez a maior que a historia consigna —havia collaborado, muitos annos antes, para o aperfeiçoamento dessa raça, internando-se pelos reconditos mais remótos da Ibiapaba. na justificação do meritorio intuito, á procura da nação de selvagens alli aldeiada, «onde viviam, como acastelladas. tres grandes povoações de indios tabajaras, debaixo do principal *Taguaibunuçú*, que quer dizer *demonio grande*».

E' verdade que a acção dos jesuitas, na serra, nessa missão, se fizera sentir por algum tempo, na parte mais proximo do littoral, nas immediações do local onde está hoje situada a cidade de Viçosa, mas, sem duvida, desenvolveu-se ella por toda a cordilheira, onde quer que houvesse noticia de aldeiamentos.

O que foi o serviço desse primitivo conjuncto de jesuitas attesta-o um documento official—*Relação da Missão da Serra da Ibiapaba*—cujas paginas estão cheias do valor abnegado desses missionarios chefiados pelo austéro padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, arriscada e penosa missão, a principio coroada do melhor exito, mas depois mallograda com a morte do padre Francisco Pinto—«varão, cuja fama, maior do que seu nome e cujas

virtudes, maiores do que seu louvor, são a um tempo verdadeiros mananciaes de saudaveis e uteis ensinamentos para a Religião e para a historia»—immolado em um dia ao pé do altar, «onde estava para offerecer a Deus o sacrificio do corpo e sangue de seu Filho, como effectivamente offereceu e consagrou o do seu proprio corpo e sangue, começando aquella acção sacerdotal e consummando-a o sacrificio».

Isto succedia no anno de 1608. Somente em 1694 é que se tem noticia dos trabalhos de d. Joanna Mimosa.

A historia nessa parte é de um silencio imperdoavel, duvidosa, difficultando qualquer corollario.

D'ahi o dizer o illustrado auctor de *Algumas Origens do Ceará,* o sr Antonio Bezerra

«Quem investiga os factos primitivos da nossa historia nota logo ao fim de pouco tempo uma confusão de successos, narrações sem nexo, sem criterio, datas que diviam estar depois, e que estão antes dos acontecimentos respectivos, personagens que não tiveram a minima consideração dos seus contemporaneos, não mereceram attenção alguma do governo, não tratam delles, nem de leve, os documentos do seu tempo, e, no entanto, apparecem como conquistadores, homens notaveis, e cercados os seus tumulos de verdadeiros prestigios».

D. Joanna Mimosa está nesse caso. Passa-se um periodo para mais de quatro decennios sem que se tenha noticia dos serviços dessa denodada senhora.

Não se póde affirmar a época do começo de sua catechese, sabendo-se unicamente que, pelo decorrer do anno de 1694, julgava a heroina completa a sua obra, conclusão que se tira da data em que lhe era feita a doação real, pelo governo de Portugal, em reconhecimento aos serviços prestados na catechese. Tambem silenciou o passado o tempo da duração dos trabalhos de d. Joanna Mimosa, parecendo, entretanto, não ter sido elle curto, talvez como consequencia ainda dos effeitos das missões anteriores aportadas a Ibiapaba, tendo como superior o famoso padre Antonio Vieira.

Desta ou daquella fórma, porém, ignorando-se as

épochas do começo e duração dessa catechese, o facto é que esses serviços, embóra não terminados, de certo módo facilitaram a louvabilissima acção da terceira e ultima missão que chegava nas proximidades do logarejo.

Póde-se affirmar, sem medo de errar, que foi esse o ultimo trabalho catechista. Não ha mais noticias do apparecimento de missionarios, cujos serviços, aliás. eram indispensaveis. Pouco a pouco, assistia-se a transicção da raça indigena, «a qual, á proporção que a civilização avançava, ia rareando até desapparecer, não só pelo cruzamento, como pela mortalidade resultante da perseguição que lhe moviam os conquistadores, principalmente naquellas tribus mais ferozes e que difficilmente podia se approximar o valoroso trabalho daquelles martyres e denodados batalhadores».

Estava reservado, porém, que fossem os ultimos missionarios destinados a assignalar o primeiro marco na formação do povoado que viria constituir, seculos depois, o élo principal destas investigações :—a futurosa cidade do Ipú.

Com a farta mésse de estimulo e de força de vontade de que eram elles possuidores, cooperaram para a erecção da primeira capella dedicada ao M. S. Sebastião, sem patrimonio embóra, e sujeita á nova freguezia de N. S. dos Prazeres do Campo Grande, creada em 1759.

Essa capellinha, segundo a tradição—nem sempre a tradição é segura, já disse alguem, maximé quando allude a factos remótissimos de nossa historia—foi edificada em logar differente do actual da igreja-matriz, em terreno, porém, proximo ás suas circumvisinhanças.

O povoado nascia. Já começando a sentir os effeitos da civilização, era formado um nucleo composto dos seus primeiros moradores, os quaes, homens do trabalho, congregados, constituiram um sitio de plantação com a denominação de *Ipú*, nome que, pouco tempo depois, veio definitivamente ter a sua confirmação no reconhecimento do novo povoado pelos poderes publicos.

Sobre a origem e significação do vocabulo *Ipú*, si bem que nada encontrassemos de positivo, em fonte se-

gura, sabe-se que a denominação desse sitio nasceu da admiração que faziam os indigenas da queda que davam as aguas das eminencias ao tôpo da serra, formando o ribeirão do Ipuçaba, e assim graphado em linguagem tupy: —*ig*—agua e *pŧ́*, palavra onomatopaica que quer dizer —*quéda*.

Outros querem que, etymologicamente, seja o vocabulo contracção de *ipohú*—alagadiço, pantano, o que tem agua: ou de *ipoçú*—atoladiço ou sumidouro d'agua.

Ha quem acredite ter nascido ainda esse nome da grande abundancia que se descobrio, nas immediações, de jalapa da terra ou batata de purga, do genero das convolvuláceas e que mais abunda na America Septentrional.

José de Alencar (*Iracema*, pag. 201) diz que chamam ainda hoje no Ceará, com o nome de Ipú, certa quantidade de terra muito fertil, que fórma grandes corôas ou ilhas no meio dos taboleiros e sertões e é de preferencia procurada para a cultura. D'ahi se deriva, diz o grande cearense, o nome dessa comarca da provincia.

Etymologicamente está explicada a origem da palavra, na decomposição de suas raizes, e sua significação na linguagem dos nossos autóchtones.

Pela deficiencia, em absoluto, de dados pelos quaes se possa chegar a uma conclusão real sobre a origem e significação de qualquer palavra dos nossos primévos, acompanhamos a opinião daquelles que mais se approximam dessa significação e origem, quasi sempre controversa, e, de tal maneira, que as vezes vão procurar raizes «em duas linguas, geralmente tidas por distinctas, o *tupy* e o *guarany*.

«Neste particular, porém,—servimo-nos das palavras de alguem—preferimos estar com a maioria que tende a ter memoria nas lettras patrias. Não existiram duas linguas; quando muito houve dialectos da lingua geral, falada na America Meridional.

«Toda a distincção hodierna procede de influencias orthoépicas.

«A lingua dos nossos autóchtones foi graphada ao norte por portuguezes, e ao sul por hespanhóes, entre os quaes o valor prosodico das consoantes não era o mesmo».

***

Fechemos o parenthesis sobre a origem e significação do vocabulo *Ipú* e reatemos o fio de nossas investigações

Com a successão dos tempos e transferencia de dominio das terras doadas pelos herdeiros da primitiva donataria d. Joanna Mimosa a outros proprietarios adquirentes, o territorio veio a pertencer ao tenente João Alves Madeira e sua mulher d. Angelica Pinto Mesquita e ao alferes Manoel Alves Ferreira e sua mulher d. Maria Alves Madeira, os quaes instituiram o patrimonio da capella, fazendo doação de uma legua de terra do tôpo da serra pelo riacho do Ipuçaba abaixo, com meia legua de fundo para cada lado. Estes, por sua vez, haviam adquirido essas terras por morte de seu pae, o sargento João Alves Fonte.

Ha aqui uma divergencia de opinião entre aquelles que teem inquerido o assumpto.

O sr. Antonio Bezerra de Menezes, citado pelo sr. H. J. Rodrigues no seu trabalho—*Fundação do Ipú*—diz que o local onde hoje se acha assentada a cidade pertenceu ao sitio de Manoel Alves Fonte, que em 1792 fizéra doação de meia legua de terra em quadro ao orago S. Sebastião, edificando-se uma capella no logar denominado—*Papo.*

Essa doação—affirmou o mesmo historiador—foi feita para fundação de um arraial em competencia com outro que era começado em Ipueiras.

Parece ter havido engano manifesto

Primeiramente, nunca houve, no Ipú primitivo, logar algum chamado *Papo.* Essa denominação veio a ter, posteriormente, o actual largo da egreja matriz, hoje praça coronel João Cordeiro, quando alguem, pilhericamente, chrismou uma de suas artérias de rua da *Guéla*, justamente a que fica em linha directa ao alludido largo. Isto

mesmo foi esquecido com o decorrer dos annos, e, hodiernamente, só em reminiscencias, vem a balha da conversação a irrisoria denominação que procuraram dar—felizmente sem resultado—a um dos mais pittorescos recantos da cidade.

A doação das terras do patrimonio foi feita em 1780 e não em 1792 como quer o festejado historiador patrio, pois, segundo notas em cartorio, a escriptura foi lavrada em 21 de Janeiro daquelle primeiro anno, sendo doadores as pessoas já mencionadas.

Essas terras comprehendem, ainda hoje, uma legua de comprido e uma de largo, meia para cada banda do riacho chamado *Ipú Grande* (Ipuçaba), pegando o comprimento do pé da *Serra Grande* (Ibiapaba) da parte do poente, o logar denominado *Bica,* pelo dito riacho abaixo, buscando ao nascente até onde prehencher a referida legua ; e na largura, com meia legua da margem do mesmo riacho, buscando ao sul, fazendo extremas com terras do sitio *São Matheus* de José Moreira Duarte e de outra meia legua para a parte do norte, fazendo extremas com as do *Ipuzinho* de Manoel Barbosa Ribeiro.

E' o que reza a escriptura de doação lavrada no livro de notas do tabellião Antonio Carlos da Cunha.

Tambem, Manoel Alves Fonte não foi o doador do patrimonio das terras de São Sebastião.

Fica desfeito o engano, aliás muito natural naquelles escriptores que se occupam de investigar as nossas velharias.

Constituido o patrimonio, o povoado, já com um certo elemento de effervescencia, era procurado por pessoas de todos os pontos que corriam pressurosas á noticia espalhada da uberdade do seu sólo, convidando-as á cultura.

Por essa época—1841—foi curada a pequenina capella e em 1842 o povoado elevado á categoria de municipio e logo de julgado, sujeito ás justiças da comarca

de Sobral, mas só elegendo a sua primeira camara municipal em 1843, quando foi inaugurado como julgado.

Não vem fóra de proposito fazer um reparo na lei que transferiu a Villa Nova d'El-Rei para a povoação do *Ipú Grande*. Melhor ficarão acclarados os pontos omissos.

Essa lei, que tem o n.º 200, de 26 de agosto de 1840, e foi sanccionada pelo presidente dr. Francisco de Souza Martins, em um dos seus artigos diz que a matriz de S. Gonçalo da Serra dos Côcos seria egualmente transferida para a capella de S. Sebastião do *Ipú Grande, «quando esta estivesse em estado de nella se celebrarem decentemente os officios divinos»*.

Revogada, porém, pela lei de n.º 230 de 12 de Janeiro de 1841 no periodo presidencial do padre José Martiniano de Alencar, teve sua restauração pela de n.º 261 de 3 de dezembro de 1842.

O Ceará, ao que parece, atravessava a esse tempo uma crise politica, cuja investigação é inadequada ao thema que prende a attenção do chronista. E' o que se póde colligir do art. 1.º da citada lei n.º 230 tornando *«revogados indistinctamente todos os actos legislativos da assembléa provincial e sanccionados desde 1.º de agosto até 14 de setembro de 1840, e em seu vigor todas as leis por elle revogadas»*.

Por sua vez esta ultima lei foi derogada pela de n.º 256 de 23 de novembro de 1842, que restaurou a de n.º 198 de 22 de agosto de 1840; assim como a de n.º 200 de 26 de agosto foi restaurada, como ficou dito acima, pela de n.º 261 de 3 de dezembro de 1842, na vigencia presidencial do general José Joaquim Coelho.

Tudo que ahi fica denota enorme complicação de leis revogadas e restauradas, corroborando a crise dos partidos que se degladiavam então.

Não ha cousa mais clara...

Que os interessados na materia, principalmente aquelles que fazem da politica um sacerdocio, procurem destrinçar o *nó górdio* do intrincado caso

Nós o cederemos de bom grado, abdicando, neste momento, dos fóros de escrevinhadores leigos e por in-

dole indifferentes ao palpitante e momentoso assumpto, maxime nos tempos que correm ...

***

Rematemos o primeiro capitulo desta chronica, algo dizendo ainda sobre os primeiros dias do Ipú

Volvamos ao passado.

Todas as cidades teem as suas crises, disse-o, não sabemos quem; «vamos morrendo e ellas vivendo: uma doença que em cada um de nós póde durar um anno, póde nellas durar um seculo» ...

O Ipú primitivo foi atacado de um mal, cerceando, de certo modo, a iniciativa de seus valentes exploradores.

Houve solução de continuidade no elemento de sua formação. O seu anniquilamento, nessas éras, foi um facto

Foi pelo decorrer do anno de 1792, com o apparecimento da terrivel secca que ficou conhecida nos annaes da historia com o nome de *secca grande*.

Todos sabem avaliar do espectaculo horripilante que são as seccas no Ceará, quadro negro que ainda está em reminiscencia na imaginação dos contemporaneos assistindo o desenrolar das indescriptiveis scenas que legou á historia a secca de 77, a maior de nossos dias.

Para dar uma idéa ligeita do que foi, no Ipú, a secca de 1792, ouça-se o que disse, em escripto, o sr. H. J. Rodrigues:

«O governo desprestigiado, nenhuma medida tomou a respeito da secca, ficando as localidades ao desamparo. A situação era triste.

«Os moradores do Ipú—os que eram menos abastados—deixaram suas habitações, procuraram outros pontos onde podessem escapar da secca.

«Os caboclos— tapuyos—emigravam para o Piauhy e Maranhão; outros faziam-se ao centro do sertão, onde eram encontradas mulheres—tapuyas—mortas de fome e sêde, com os filhinhos nos braços.

«As proprias feras—onças—eram tambem encontra-

das nas estradas, mortas, outras arquejando de fome e sêde Era um verdadeiro clamor.

«Em 1794, quando cahiram as primeiras chuvas, os poucos habitantes que existiam, despertando como que de um lethargo, recomeçaram de novo sua obra de engrandecimento.

«Foi então que concluiram os trabalhos da capellinha e diversas casas que se achavam em construcção».

A desolação foi geral.

Vejamos este pedacinho transcripto do *Ceará no começo do seculo XX:*

«Havia chuvido escassamente em 1790, menos em 1791, nada em 1792 e pouco em 1793. Foi o periodo secco mais longo de que ha noticia, na região do norte. Esta secca estendeu-se não só a toda a antiga capitania geral de Pernambuco, como á Bahia, Sergipe ao sul; Piauhy e Maranhão ao norte, com mais ou menos intensidade».

Diz o illustrado sr. dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil que, comquanto houvesse exaggeração na descripção desse flagello, que em algumas partes durou tres annos, em outras quatro, o certo é que a maior parte do sertão ficou litteralmente deserto!...

Segundo informações officiaes colhidas pelo operoso homem de lettras, pereceu em toda a capitania mais de um terço da população!...

Horror dos horrores!...

O Ipú, quasi que ainda em embryão, forneceu o seu contingente de infortunio na formação do tristissimo quadro que constituio a grande secca de 1790—1793.

Anniquilava-se, não ha duvida.

## II

«O grande merito do historiographo está em ferir a alma dos papeis e dos personagens que esteriotypa».

No capitulo anterior, baseados em fonte de procedencia insuspeita, esboçámos o perfil do Ipú primitivo, rememorando os primeiros echos de sua fundação na analyse

detalhada de seus elementos contribuidores. Procurámos sua exactidão, descrevendo o quadro na altura dos dados colhidos, sem alteral-os, sem deturpal-os, pintando-o no rigor da nitidez que nos fôra possivel. Grande foi o nosso empenho nesse trabalho...

Certo, senões serão encontrados, cabendo aos entendidos, na materia, corrigil-os.

O proposito do chronista está justificado: dissipar, como já ficou dito, a extraordinaria ignorancia que por ahi vae no tocante ao evoluir de uma terra «esquecida de seu passado, perdendo seu caracter nativo, olvidando as suas lendas, os seus costumes, as suas festas etc».

«Um povo, que não sabe sua vida intima, que desconhece a historia de seu passado, e não sabe dizer d'onde provém, que não póde contar suas glorias, nem a amargura de sua tristeza, que tem conjunctamente no pó dos archivos a virtude e o vicio sem poder apresentar aquella á admiração e este á animadversão de todos, esse povo não póde pretender fóros de civilisado».

Ardua e inglória, mesmo difficil, reconhecemos, é a missão do historiador, maxime investigando elle a formação de um logarejo quasi que desconhecido, com um evoluir lento no olvido dos seus contemporaneos

A primeira regra para conhecermos a antiguidade deve ser firmar-nos em testemunhas que della nos venham. Isto pontificou *ex-cathedra* Fústel de Coulanges, um dos maiores historiadores da culta França no seculo XVIII.

Esse testemunho, porém, sempre se nos apresenta falho, esquivo, talvez pelo lapso de tempo decorrido, buscando-se a origem de factos remótissimos, apagados na historia, n'um periodo de mais de trezentos annos. Só o muito esforço do narrador, coadjuvado pela reconhecida bôa vontade dos homens, justifica a sua procedencia.

* * *

O Ipú tem a sua pagina de sangue. Os antigos descrevem-n'a cheia de episodios os mais tristes na consummação de crimes nefastos no maior grão de sua plenitude.

Do exposto, póde-se tirar este corollario: ter elle legado, á posteridade, um nome execrando, fornecendo á historia criminal do Ceará farta seriação de delictos horrendos.

O estudo dos crimes é interessantissimo, e, ainda que o assumpto seja de grande importancia social e juridica, é, todavia, novo. E' o conceito externado por S Sighele, consummado autor d'*A Multidão Criminosa.*

Essas palavras pezam ouro. E' de lastimar, porém, não comportar o problema, por demais arido, uma solução, nos estreitos limites de uma chronica feita, *currente calamo,* com a preoccupação unica de attestar aos porvindouros o valor de uma terra estudada nos seus multiplos aspectos.

Dest'arte, resta somente apreciar essa pagina sangrenta na altura das pesquisas colhidas, acarrete-se embora com despeito de uns e a malquerença de outros,

Silencial-a o chronista desvirtuaria o merido das investigações.

O historiador, para ser sincero, deve estar adstricto ás paixões humanas, agrade a este ou desagrade aquelle.

Analysem-se os feitos dignos, os que ennobrecem e dignificam a vida de um povo, mas se não silenciem os máos com o seu triste desenrolar, de modo que o juizo dos vindouros possa recahir nelles sereno e imparcial, dando-lhes o valor devido.

Si para os ultimos, com o seu cortejo negro de miserias, reclama-se a maldição, para os primeiros—os que dignificam—venham as bençãos dos céos, o reconhecimento dos contemporaneos.

Já é um consôlo.

***

Abramos a pagina rubra da historia do Ipú.

Corria o anno de 1831, quando repercutio nas suas immediações a noticia das tropelias de u'a malta de facciNorosos que escolhiam para theatro de suas negras infamias a parte mais remóta da então provincia.

O imperio da lei era uma cousa morta, predominando, unicamente, o absurdo dos prepotentes de aldeia.

Os bandidos, alguns delles contando com a protecção dos potentados, zombavam do prestigio das autoridades constituidas nos termos, as quaes nada podiam fazer, sentiam-se impotentes.

O terror se espalhara por todos os angulos da provincia. No sul, imperavam os latrocinios da *magna caterva* chefiada pelo celebre João André; em outra parte salientavam-se os *Macieis*, individuos que «formavam nos sertões de Quixeramobim e Tamboril uma familia numerosa de homens válidos, ageis, intelligentes e bravos, vivendo da vaqueirice e pequena criação e que pela lei fatal dos tempos viera a fazer parte dos fastos criminaes do Ceará»; e, mais adiante, os *Araujos*, «emulos dos *Macieis*».

Na zona norte exhibiam-se o celebre Menezes e Vicente Lopes Negreiros «em lucta renhida com os *Mourões*, que, por sua vez, desempenharam, na historia do crime, papel saliente».

E' bem provavel haver aqui uma confusão de datas relativas ás épocas em que se davam essas correrias, mas nem por isso deixa de haver a sua correlação.

O pequeno povoado, que prosperava dia a dia a olhos nús, estacionava na sua formação. Era uma situação amargurada para os seus povoadores.

A esse tempo—allude um testemunho official—pertencia elle á freguezia de S Gonçalo da serra dos Côcos, onde justamente campeava u'a horda de malfeitores.

Ninguem, no Ipú, se julgava garantido por que a lei era uma ficção. D'ahi a necessidade imperiosa de pegar o habitante em armas para a sua defesa, desejoso de enfrentar, quando surgisse, a turba invasora, que, onde chegava, deshonrava, roubava e matava.

Esses maleficios perduraram por algum tempo, contribuindo para o anniquilamento do Ipú, terra predestinada, em seus primeiros dias, aos infortunios.

Em 1794, eil-a livre de um mal—a desolação que lhe deixara a grande secca de 1790-1793; annos depois, ame-

çada de novos vexames, obstando a iniciativa dos seus exploradores.

Ainda no anno de 1835 vemos o presidente padre José Martiniano de Alencar encarecendo ao poder central a necessidade de tropa para perseguição desses faccinorosos, unico elemento de ordem que, na sua opinião, podia contar para «*conter a anarchia assassinadora do sertão*».

O proprio governo da provincia sentia difficuldades, reclamava auxilio do poder competente.

A sua reacção era um facto; faltava-lhe, porém, os meios necessarios, e estes dependiam da bôa vontade do governo geral.

E não foi sem pequeno esforço, usando-se até de medidas extremas, que se poude dar um paradeiro a essas scenas deprimentes e vergonhosas que ennodoam, aos olhos do julgador, as paginas brilhantes da historia do Ceará.

Deixando, porém de parte aquelles factos que menos interessam esta chronica, nesse passado cheio de sangue, embora correlatos uns dos outros, particularisemos os que, mais de perto, veem affectar os destinos do Ipú.

*
* *

Ferindo esse proposito trasladamos para esta chronica o que, algures, escreveu illustre magistrado da comarca, respondendo ao questionario que lhe enviara o então presidente da provincia, conselheiro Joaquim da Costa Barradas, pedindo noticia sobre os crimes commettidos na mesma, sendo mencionadas as suas causas e aquelles que se repetiam com mais frequencia.

O que se vae lêr é da penna do dr. Fructuoso Lins Cavalcante de Albuquerque, a esse tempo juiz municipal do termo do Ipú, sendo firmado pelos srs drs. José Thomé da Silva e Herculano de Araujo Salles, este promotor publico e aquelle juiz de direito da comarca. Foi escripto em 7 de julho de 1886, em resposta ao officio-circular da Presidencia da Provincia, sob n.º 19, de maio do mesmo anno.

Escreveu o digno magistrado:

«Esta comarca, victima de conflictos armados desde o seu principio, tem sido theatro de crimes horrorosos.

Quasi todos os artigos do codigo criminal—o autor referia-se ao que fôra promulgado em 16 de dezembro de 1830—teem dado occasião a um summario de culpa, comprehendendo criminosos de todas as classes e hierarchias.

Essas rixas, porém, que tão graves prejuizos teem acarretado á civilização e ao progresso da comarca, muito teem pesado na balança da consideração dos poderes publicos do paiz, que aliás teem sido infelizes, quasi sempre na escolha dos magistrados a quem teem confiado os destinos sociaes da população, que parece, por isso mesmo, haver se habituado ao desrespeito á lei e á justiça, tornando-se frequente assim a pratica de crimes de toda ordem contra a honra, vida e propriedade do cidadão, um vez que os máos instinctos do povo, amparados por um escandaloso patronato dos governadores de situações politicas, e, quiçá, agentes do poder publico, muitas vezes faltas de independencia ou em regra injustos e inconscientes, teem revestido a ordem publica, erguendo-se magestoso o throno da impunidade.

Em taes circumstancias é bem de vêr que mais frequentemente se reproduzem, nesta comarca, os crimes mais graves contra a segurança individual, como tal seja o assassinato e todo genero de offensa physica, outr'ora originarios da falta completa de educação do povo, que arrastara com todo o seu cortejo os despeitos e rixas publicas e particulares entre familias inteiras que se extremeciam, degladiando-se no campo do odio, de sorte que, ainda hoje, em uma questão qualquer, tomam parte desde a creança até o decrepito e inválido octogenario, dando em resultado achar-se quasi sempre replecto o ról dos culpados.

Mas felizmente já se vão modificando esses costumes refractarios e diminuindo as rixas, e, portanto, os crimes, em razão da repressão que nestes ultimos tem-

pos teem encontrado os malfeitores, á parte algumas questiunculas que ainda se dão entre o povo, tendo como causa principal a embriaguez que hoje determina a fonte perenne de quasi todos os crimes de morte e offensas physicas, os mais frequentes na população da comarca».

O que ahi fica, como já se disse, foi escripto em 1886, na palavra autorisada dos dignos representantes do poder judiciario, testemunho, portanto, insuspeito, por que ninguem melhor do que elles poderia fazer o retrospecto do estado de desenvolvimento da comarca, desde os seus primeiros dias de installação, até aquella época. Transmittiam elles no questionario alludido o seu pensamento, baseados na propria experiencia do trabalho, fructo ainda consequente do esforço dispendido no desempenho da ardua missão de applicadores da lei aos seus exactores.

Ninguem, melhor do que elles, repetimos, poderia testemunhar ao supremo chefe da provincia o estado de anarchia da comarca no tocante ao desenvolvimento de seus crimes, mencionando quaes os que se repetiam com mais frequencia e suas causas principaes.

Esse testemunho tornou-se, pois, um documento valioso, que passou para a historia do crime da comarca e deve ser tomado na consideração que elle o merece Não poderiamos, portanto, silencial-o neste estudo.

Ao leitor, sem duvida, parecerá haver algum exaggero no conceito externado, um tanto de pessimismo por parte do elaborador do questionario, mas facilmente se convencerá do contrario si se der ao trabalho de lançar um golpe de vista no archivo dos cartorios da comarca, deparando, em suas prateleiras, com um amontoado de autos, de todas as épocas, em cujas folhas se vêem o attestado inconteste dos delictos os mais horriveis em condições de atacar os nervos do mais indifferente observador.

O proprio chronista, no cumprimento de uma obrigação que lhe impunha o seu cargo, teve o ensejo de verificar o asserto expendido, revendo, uma por uma, as paginas bolorentas dos innumeros feitos criminaes da comarca, comprehendendo, sem grande difficuldade, o quan-

to de exactidão existia nessas palavras, escriptas, por sua vez, no desempenho de um encargo, logo sem apaixonamento, sem o menor intuito de alterar a natureza dos factos, descrevendo-os unicamente na altura da impressão colhida.

Pena é que se não possa enumerar esses crimes com as minucias que elles reclamam, obedecendo-se á escala chronologica dos acontecimentos . . Torna-se-ia enfadonho esse procedimento, e, sobre ser um serviço penoso, de nenhum proveito, iria, alem do mais, ferir o criterio da chronica, outro senão dar uma ligeira idéa da formação de um nucleo com o seu consequente desenvolvimento.

A tarefa que recáia em outro mais pachorrento e que tenha mesmo o desejo de trazer a publico a pagina negra da historia de um povo

Declinamos, neste momento, do improbo trabalho, não deixando, entretanto, de estimulal-o a outrem, que deseje emprehendel-o, dispondo de melhor cabedal que o chronista.

Ahi fica o convite.

De nossa parte iremos somente fazer uma selecção de alguns casos, justamente aquelles que mais echoaram tristemente no espirito do povo, não tanto pelo desenrolar de suas scenas apavorantes, mas pelas circumstancias que as rodeiaram, deixando á mais viva impressão aos olhos do observador e contribuindo com a sua não pequena parcella de terror para a futura historia criminal do Ceará, ainda por escrever.

***

Começamos esta parte do nosso trabalho pelas execuções das penas de morte que tiveram lugar nesta cidade, ao tempo em que ellas eram adoptadas pelas leis criminaes do imperio, na vigencia do Codigo Criminal promulgado em 1830, felizmente abolida do codigo actual e substituida pela de *prisão cellular* até 30 annos, «systema este que Ferri, em sua *Sociologia Criminal*, qua-

lifica *uma das aberrações do seculo XIX*, por dispendioso, anti-hygienico e improficuo»,

A questão da pena de morte, na opinião de alguem a mais discutida no direito penal moderno, sempre encontrou por parte dos criminalistas fórte controversia, conforme as escolas que esposam—classica ou positiva—, destacando-se dois grupos que se pronunciam, um pela sua abolição, outro «insistindo pela sua conservação no corpo das medidas repressivas do crime».

O assumpto, escreveu illustre magistrado, já está magistralmente esgotado e universalmente julgado, e o Brasil, que no dominio do codigo de 1830, citado, a admittia na fôrca, «mas somente em dois casos—no de insurreição de escravos e no de homicidio», vio «a mais cruel de todas as penas» revogada no texto de suas leis penaes, dando ao mundo culto frisante attestado do gráo de evolução social do seu povo.

Que importa que se ache ella ainda em vigor em nações mais civilisadas quando «é contraria a individualização e aos principios da politica criminal moderna»? O Brasil, talvez por um sentimento de humanidade, dêo esse agigantado passo, eliminando-a de suas leis criminaes e collocando-se ao lado de paizes adiantados como a Grecia, Italia, Portugal, Hollanda, Venezuela, etc., reservando-a, porém, para o caso estabelecido no § 21 do art. 72 da Constituição Federal, nas disposições da legislação militar, em tempo de guerra.

Não foi, entretanto, sem fornecer farto contingente de casos que o nosso paiz a aboliu.

A antiga provincia do Ceará concorreu para as estatisticas criminaes com a sua não diminuta parcella de execuções de pena ultima, podendo-se enumerar as que tiverem por theatro as comarcas da Capital, Icó, Crato, Quixeramobim, Aracaty, Sobral, Iguatú, S. Bernardo das Russas, Viçosa e Granja.

O Ipú entra tambem nessa relação, processando duas dessas penas, uma dellas com a costumeira precipitação dos seus julgadores, sem fórma nem figura juridica e dando motivos á responsabilidade dos seus executores.

Façamos o seu historico conforme as notas colhidas em cartorio, onde descança o seu corpo de delicto, dando aos olhos da geração contemporanea uma prova do atraso do nosso povo nos seus primévos dias.

«Certamente—como ponderou o dr. Paulino Nogueira em seu trabalho—*Execuções de Pena de morte no Ceará*—a leitura do que se segue ha de atacar os nervos a muitos, que não sabem como se possa tirar a vida ao seu semelhante, no uso e gôso da mais perfeita saúde, com a maxima solemnidade e concurrencia, na praça publica, á luz do sol; mas a muitissimos ha de interessar vivamente saber como, quando, onde e porque isso se dêo, para recolher os elementos comparativos das épocas e dos homens, e apurar a verdade para a historia».

O illustrado historiador patrio, nesse conceito, referia-se ás execuções que foram levadas a effeito no Ceará, abrangendo as comarcas anteriormente citadas

Particularisemos as do Ipú.

O primeiro a ser executado na via mais publica dessa cidade, naturalmente nas immediações do local onde está hoje situada a egreja matriz, e onde existia o seu pelourinho, foi o escravo de nome Estevão.

O crime que motivou a sua condemnação á pena capital, foi, segundo consta dos autos respectivos, ter o alludido escravo, em uma noute do mez de maio de 1845, assassinado, com uma cacetada e facada, ao seu feitor Manoel de Carvalho Guedes Mourão, facto que se desenrolou no sitio *Conceição*, do termo. Estevão era escravo do coronel Diogo Lopes de Araujo Salles.

Processado o criminoso, no summario da culpa foram ouvidas seis testemunhas, e o seu curador *ad litem*, cidadão Antonio de Hollanda Bezerra, contrariando o libello-crime accusatorio, confessou o crime de seu curatelado, allegando, em defesa, ter sido elle surrado pelo feitor, o que competia somente ao seu sênhor. Para derimir a responsabilidade de Estevão o curador articulou as circumstancias attenuantes do art. 18 §§ 2.º, 3.º, 7.º e 8.º do codigo de então, isto é, *ter o delinquente commettido o crime para evitar mal maior; em defesa de sua pro-*

*pria pessoa; aterrado de ameaças; e ter sido provocado o delinquente.*

De nada lhe valeram esses remedios da lei. O jury, soberano como sempre, reconheceu a gravidade do crime, rodeando-o de circumstancias aggravantes, como sejam: *ter sido o crime commettido á noute; por motivo frivolo; faltando o réo com o respeito devido á edade do offendido; haver superioridade de forças e armas; haver, na victima a qualidade de superior do réo; haver premeditação; ter entrado o réo na casa do offendido; e haver commettido o crime com surpresa;* condemnando o escravo Estevão á pena ultima do codigo.

E' do teor seguinte a sentença de morte:

> «A vista da decisão do jury, que achou o réo Estevão, escravo, incurso no crime de morte contra Manoel de Carvalho Guedes Mourão, com as circumstancias aggravantes dos §§ 1.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 14 e 15, do art. 16 do Codigo Penal, condemno ao mesmo réo na pena de morte do art. 192 do mesmo Codigo Penal. O escrivão o recommende na prisão em que se acha, pague o seu senhor as custas em que o condemno. Sala das Sessões do Jury, 16 de setembro de 1845.—FRANCISCO PAULINO GALVÃO».

O prolator desta sentença era leigo e desempenhava as funcções de juiz de direito interino da comarca.

Como promotor interino, no processo, funccionou o cidadão Domingos Carlos de Saboya e como escrivão Manoel Xavier Felix Macambira.

A sentença foi executada, segundo certidão do escrivão interino que funccionou na execução, José Xavier Felix Macambira, pelas dez horas da manhã de 23 de setembro de 1845—sete dias após a sentença condemnatoria!—depois de preenchidas as formalidades dos arts. 39, 40 e 41 do Codigo Criminal.

Foi juiz da execução o capitão Pedro Martins de

Araujo Veras, na qualidade de *primeiro substituto do juiz municipal.*

Nos autos da execução proferio esse juiz a seguinte sentença :

> «Hei por terminada e concluida a execução do tribunal dos jurados proferida contra a pessôa do réo escravo Estevão, a qual julgo por sentença. O Escrivão faça remessa destes autos ao Juiz do Direito interino para o fazer averbar no processo principal, na fórma do artigo 208 das Leis da Retórma —Villa Nova do Ipú, aos 23 de setembro de 1845.—PEDRO MARTINS DE ARAUJO VERAS».

No espirito do Codigo Criminal de 1830 a pena de morte seria dada na fôrca e esta seria levantada quando fosse necessaria, para não estar continuadamente ás vistas do pablico, competindo aos juizes municipaes mandar levantal-a, nas occasiões opportunas.

No dia designado para a execução o réo, com o seu vestido ordinario e preso, seria conduzido pelas ruas publicas até a fôrca, acompanhado do juiz criminal com o seu escrivão e da força previamente requisitada. Ao acompanhamento precedia o porteiro dos auditorios lendo em voz alta a sentença que se ia executar.

O juiz criminal—posteriormente com a promulgação do Codigo do Processo Criminal, passou essa funcção a ser desempenhada pelo juiz municipal, que se tornou o executor de todas as sentenças de direito e tribunaes do seu termo—presidia a execução até que ella se ultimasse e o escrivão passava certidão de todo o acto, da qual se fazia juntada ao processo respectivo.

Os corpos dos enforcados eram entregues aos seus parentes e amigos, caso fossem reclamados ao juiz que presidisse a execução, mas era-lhes imposta a condição de não poderem enterral-os com pompa, sob pena de prisão por um mez a um anno.

A execução do escravo Estevão, no Ipú, pelas irregularidades que precederam ao seu julgamento e acce-

leramento do acto, sete dias após a sentença condemnatoria, negando-se até o direito de graça que lhe cabia. deu logar a graves censuras, e, annos depois, o processo, que parecia esquecido em cartorio, renovou-se, na decretação da responsabilidade dos seus executores.

E' que ella foi processada com a mesma precipitação com que o foram os de Estacio José da Gama, no Quixeramobim, e Joaquim Pinto Madeira e José Mariano, no Crato, de que nos fala a historia, verdadeiros *assassinatos juridicos,* como inspiradamente classificou alguem.

A responsabilidade a que alludimos collige-se da correição aberta, na comarca, pelo respectivo juiz de direito, dr. João Querino Rodrigues da Silva, o qual, tomando conhecimento do processo, assim se expressou:

«Vistos estes autos em correição, etc.

Nem por ser escravo o réo deste processo, lhe era vedado o recurso de graça, nem os de se preencher para com elle o que as leis em vigor determinam a respeito do réo mesmo de tal condição, a quem é imposta sentença capital, como a bem de outras disposições legislativas vigentes está determinado pelo decreto de 9 de março de 1837. Portanto, procedeu irregularmente o juiz de direito interino que mandou pôr á disposição do juiz municipal o réo em questão, afim de ser executada a sentença condemnatoria antes de passar os tramites legaes, como o juiz municipal em a mandar executar antes de esgotados os recursos que aos réos são devidos, independente de os requererem, como o que se acha feito e que foi attentado contra a vida desse individuo, pelo que são um e outro dignos de responsabilidades, devendo-o ser o ultimo para o fôro da justiça criminal desta comarca e o primeiro, pelo privilegio da lei, para o tribunal competente, devendo o dr. promotor publico instruir e intentar a accusação, como

lhe cumpre. Ipú, 31 de agosto de 1851. O escrivão faça intimar esta. Dia era supra. —SILVA».

Naturalmente baseara-se o prolator da sentença de morte contra o réo Estevão no espirito da lei de 10 de Junho de 1835, cujo artigo 4.º dispunha que «toda sentença condemnatoria *contra escravo* era executada *sem recurso* algum».

A lei, nesse ponto, era de uma crueldade sem nome.

Não se póde affirmar se a responsabilidade decretada teve andamento. Pelo menos nada consta em cartorio e é bem provavel ter ficado ella no olvido como ficou a execução do escravo Estevão.

***

A segunda execução de pena de morte levada a effeito no Ipú recaio na pessoa de João Francisco Tavares, autor do homicidio praticado em Francisco Antunes da Fonsêca.

Esse processo revestio-se de certas formalidades. Na sua marcha suscitaram-se alguns incidentes, protelando, de certo modo, o seu julgamento final, o que attesta o largo periodo de sua conclusão, pois, commettido o crime no anno de 1843, somente teve o seu termo, com a execução da pena de morte imposta ao réo João Francisco, em 1855.

Estudemos as peças desse antigo processo.

Primeiramente, vejamos a petição de queixa que deu logar á sua formação:

«A Vossa Senhoria Illustrissimo Senhor Delegado de Policia deste termo, queixa-se Luiza Maria do Livramento, moradora no termo da cidade de Sobral, ora nesta villa, de José Miranda, branco, solteiro, morador

neste termo e de João Francisco Jordio, preso na cadeia desta mesma villa, e o motivo de sua queixa passa a responder com toda a verdade.

No dia 2 de novembro de 1843, pelas sete horas da noite, estando o infeliz Francisco Antunes da Fonsêca, marido da queixosa, manso e pacifico em sua casa, batem-lhe na porta de traz, dizendo que queriam comprar uma garrafa de aguardente; e abrindo a porta o marido da queixosa, lhe disparam um tiro com o qual caindo, lhe deram mais três facadas; e no mesmo instante expirou!!... Não contentes os malvados com este assassinio, entraram na casa da queixosa e roubaram uma porção de fazendas no valor de 150$000, pouco mais ou menos. Passados alguns dias espalhou-se uma voz geral de ter sido autor de tão atroz delicto o primeiro querelado José de Miranda com outro malvado, o que então se ignorava o nome, porém a queixosa não tendo naquelle tempo certeza disso não procedeu contra elles assassinos, criminalmente. Agora, porém, que se tem descoberto, com verdade, que de facto foram os dois querelados referidos que perpetraram tal delicto, a queixosa na qualidade de mulher do assassinado Francisco Antunes da Fonsêca, firmada no disposto do art. 270 do regulamento n.º 120 de 31 de janeiro de 1842, vem perante Vossa Senhoria queixar-se dos mencionados assassinos José de Miranda e João Francisco, para o que sejam punidos com as penas do art. 192 do Codigo Penal com as circumstancias aggravantes do art. 16 §§ 4. 5, 9, 11, 12, 14, 15, 16 e 17 do mesmo codigo e art. 271, quanto ao roubo; para exemplo desses malvados e de outros semelhantes,

protesta a queixosa ser-lhes parte accusante. Portanto, pede a Vossa Senhoria admitta a presente queixa e provada esta, sejam os réos obrigados á prisão e livramento, conservando-se na prisão o que se acha preso, passando-se as ordens necessarias para ser preso o que se acha ausente».

Assignava esta petição, a rôgo da queixosa, João de Andrade Pessôa Anta, naturalmente filho ou qualquer cousa que o valha do coronel João de Andrade Pessôa Anta, victima, na capital, da *Commissão Militar* e executado em 1825, accusado de ter sido commandante geral das forças revolucionarias na cidade de Granja, por occasião do movimento republicano que ficou conhecido na historia com o nome de *Confederação do Equador.*

Recebida a queixa, instaurou-se o processo, sendo inqueridas cinco testemunhas.

Serviram no mesmo como promotor interino Domingos Carlos de Saboya e escrivão Manuel Xavier Macambira.

Foi esta a sentença do jury que condemnou o réo João Francisco á pena de morte:

«A' vista da decisão do jury que achou o réo João Francisco Tavares incurso no crime de morte contra Francisco Antunes da Fonsêca, com as circumstancias aggravantes dos §§ 1, 5, 8 e 14 do art. 16 do Codigo Penal, condemno ao mesmo réo na pena de morte correspondente ao maximo do art. 192 do mesmo Codigo Penal. O escrivão o recommende na prisão em que se acha, pague o réo as custas em que o condemno.—Sala das Sessões do jury em Villa Nova do Ipú, 15 de setembro de 1845.—Francisco Paulino Galvão».

Fôra o mesmo juiz que lavrára, annos antes, a sentença de morte contra o escravo Estevão.

O réo intimado desta sentença protestou por novo julgamento, sendo submettido ao mesmo no anno seguinte, com este resultado:

> «Conformando me com a resposta do jury aos quesitos propostos, condemno ao réo João Francisco Tavares na pena de morte correspondente ao gráo maximo do art. 192 do Codigo Criminal e pague o réo as custas em que o condemno. Appello. Sala das Sessões do Jury da Villa Nova do Ipú, 28 de setembro de 1846.— FELIX JOSÉ DE SOUZA».

Era tambem juiz leigo.

Nesse segundo julgamento occupou a cadeira da accusação o promotor publico da comarca dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, tendo o réo como defensor o cidadão Domingos José Pinto Braga Junior.

Em gráo de appellação o processo dormia em cartorio, quando, em resposta a uma consulta feita pelo juiz de direito da comarca, o poder competente assim se expressou:

> «Terceira secção—Rio de Janeiro—Ministerio dos Negocios da Justiça, em 4 de maio de 1850. Illmo. Exmo. Senhor.—Accuso a recepção do officio n.º 30 de 8 do mez proximo findo, que V. Exc. me dirigio, acompanhado da copia do que recebeu do juiz de direito da comarca do Ipú, expondo a duvida em que se acha sobre o procedimento que deve ter a respeito do processo de um réo, que existe em cartorio do escrivão do jury, visto que sendo o réo condemnado á pena ultima, e confirmada aquella sentença em 28 de setembro de 1846, em novo julgamento, para que protestára, não se havia tirado traslado dos autos e expedido appellação *ex-officio* na conformidade da lei; e Sua Magestade o Imperador, a

quem foi presente este negocio, manda declarar a V. Exc. que faça constar ao sobredito juiz de direito que deve immediatamente expedir a appellação para a Relação do districto, porque a esta compete decidir se a expiração dos fataes prejudica ao conhecimento das appellações officiaes, mandando V. Exc., outro sim, proceder a responsabilidade de quantos teem culpa desse escandalo; e dando conta especial a esta Secretaria de Estado desse processo. Deus guarde a V. Exc.—Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara—Senhor Presidente da Provincia do Ceará».

O então presidente Aguiar poz nesse officio o respectivo *cumpra-se*.

O processo em traslado seguio para a Relação do districto, que era, a esse tempo, no Recife, e esta, pela maioria absoluta de seus pares, julgou procedente a appellação, para mandar o réo a novo jury.

Nesse terceiro julgamento, que veio a ter logar em 1852. o réo foi condemnado ainda á pena ultima, como se póde verificar da seguinte sentença:

«A' vista da decisão do jury com que me conformo, condemno o réo João Francisco Tavares nas penas do art. 192, gráo maximo e o condemno tambem nas custas e appello. —Sala das Sessões do Jury no Ipú, em 13 de dezembro de 1852 —JOÃO QUIRINO RODRIGUES DA SILVA».

Subio ainda em gráo de recurso e a Relação do Recife confirmou a sentença.

Desta vez a accusação do réo foi feita pelo dr. Paulino da Costa Braga, promotor publico da comarca.

Em 11 de agosto de 1854 o juiz de direito dr. João Quirino, o mesmo que proferira a terceira sentença condemnatoria, punha o seu *cumpra-se*.

Não foi interposto pelo réo o recurso de graça

Afinal, a 27 de fevereiro de 1855, pelas dez horas da manhã, cahia, no Ipú, a segunda e última victima da pena de morte, imposta pelo respectivo tribunal do jury.

Como foi executada essa sentença são falhos os dados officiaes, é apenas confirmada, por certidão nos respectivos autos, pelo escrivão que nella funccionou, o cidadão Joaquim Dias Martins.

Uma testemunha ocular, porém, dessa execução, e que ainda hoje vive na cidade, assim nol-a narrou:

Dias antes da execução que, como ficou dito, foi a 27 de fevereiro de 1855, o réo que havia seguido para a capital afim de aguardar a decisão do recurso interposto *ex-officio*, chegava a então villa, escoltado por uma tropa de linha ao mando do official Negreiros, victima, annos depois, de horrivel desastre em Itamaraty, do Estado do Piauhy, morrendo queimado.

O réo foi conduzido para o *Oratorio* levantado no edificio que servia de cadeia, pequena casa situada no largo da igreja-matriz, tendo como confessor de agonia o padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, que desempenhou, posteriormente, papel saliente nos destinos do Ipú e de quem nos occuparemos mais adiante.

No dia da execução, pelas 8 horas da manhã, o réo sahio acompanhado do juiz, escrivão e tropa, em passeio pelas ruas da villa, dirigindo-se em seguida para o local onde fôra levantada a fôrca, precisamente em meio da praça da matriz, mas collocada de maneira que podesse ser divisada pelos demais angulos.

Esta fôrca—diz o informante—foi preparada pelo carpina Antonio Pereira de Souza.

O réo, ao chegar ao patibulo, mostrando-se corajoso, proferio algumas palavras protestando a sua innocencia, dizendo mais ou menos o seguinte:

—Ahi fica quem fez a morte... Morro, mas não declaro o nome do seu autor... *Um cão damnado todos a elle...*

João Tavares—o condemnado—era caboclo, baixo, cheio do corpo e typo mal encarado.

Assistio aos seus ultimos momentos o padre Correia, proferindo as palavras do *Credo—Vida Eterna.*

O nosso informante não sabe quem foi o carrasco executor da sentença de morte do réo João Tavares, affirmando, entretanto, ter o mesmo vindo com a tropa de linha que o conduzia da capital, parecendo tratar-se do celebre Francisco Correia *Pareça,* o mesmo de que nos fala o dr. Paulino Nogueira em seu importante trabalho citado, e que se tornou respeitado no seu desgraçado officio, indo morrer depois no presidio de Fernando de Noronha, Isto é méra supposição do narrador pois o proprio dr. Paulino Nogueira, autoridade para nós venerada na historia do Ceará, diz que *Pareça,* embora emulo de *Cavaco,* outro carrasco celebre, fez onze execuções de pena de morte, sendo dez na capital e uma no Aracaty, não incluindo-o nas duas do Ipú.

Era de praxe nas execuções de pena de morte requisitar-se um cirurgião para assistir ao acto e fazer no cadaver do executado o exame do costume. Nas duas execuções do Ipú não se sabe pela deficiencia de dados em quem recaio esse encargo, parecendo-o na pessoa do cidadão Antonio Bezerra de Hollanda, professor aposentado residente na villa. Segundo testemunho daquelles tempos esse senhor exercia o officio de curandeiro e era homem affeito á rabulice, tanto que no processo do escravo Estevão – o primeiro executado – figurou como curador *ad litem.*

A execução de João Francisco Tavares, como era natural, impressionou, sobremodo, a população local. Os vexames foram maiores porque o réo negava peremptoriamente a sua co-autoria no crime pelo qual fôra condemnado á pena ultima, máo grado ás provas do processo.

Contam que no dia da execução a respeitavel senhora do juiz de direito da camarca. prolator da sentença, dr. João Querino Rodrigues da Silva, e que assistira o acto, após á sua consummação, como que allucinada, correra á casa do vigario Correia, indagando:

—Padre, diga-me, padre, o homem,— referia-se ao

réo—na sua confissão affirmou a sua autoria no crime?...

O padre Correia, num silencio immutavel, apenas abrio os labios, pallidamente, sem articular, entretanto, uma só palavra.

Esse gesto era muito significativo...

***

Um dos acontecimentos mais notaveis na comarca, já considerado como uma celebridade do fôro criminal do Ceará, foi a série de crimes praticados pelos *Mourões*, numerosa familia de homens valentes de residencia nas suas immediações.

Alguma cousa se tem escripto sobre esses acontecimentos. A historia registra, em suas paginas, uma série de factos sangrentos tendo como protagonista essa familia que se tornou celebre nas luctas empenhadas naquelles tempos, nas correrias que, durante um largo periodo, infelicitaram os sertões cearenses, mais se alastrando na zona norte da então provincia, ramificando-se pelos Estados visinhos de Pernambuco e Piauhy.

Como e porque se tornaram os *Mourões* criminosos não é facil dizel-o pela escassez de dados que possam firmar o criterio do narrador, a menos que se ajuizem os factos pela narrativa feita por um membro dessa familia nas memorias escriptas pelo seu proprio punho e editadas por um jornal do Estado, posteriormente á sua morte.

Mesmo assim, esse documento carece de fundamento, deixando margens para se duvidar da veracidade dos episodios nelle descriptos, não só pela maneira que presidia a sua factura, demonstrando o muito desejo que tinha quem o escreveu de justificar a incontavel série de crimes commettidos, como ainda pela declaração feita pelo editor, affirmando existirem nesse escripto muitas inverdades que após a edição seriam apontadas

A historia ficou a esperar pela rectificação dessas inverdades, pois o promettido ficou na vontade do editor. Hodiernamente, na falta de outras provas que venham contrariar o allegado nessas memorias, servem ellas de

base, embora suspeitas por serem do proprio punho de um dos protagonistas desses horrendos crimes.

Nessa impossibilidade só podemos tirar o corollario devido, guiando-nos pelo que está escripto nas *Memorias de Alexandre Mourão* e que foram editadas no jornal *A Republica,* de Fortaleza, no anno de 1903.

Vejamos alguns topicos desse importante trabalho, começando por aquelle em que dá noticia Alexandre Mourão do começo da sangrenta e demorada lucta de sua familia.

. . . . . .

«Um dia de inverno, acabando de beneficiar o curral —era domingo—lembrei-me de visitar a uma irmã, casada com um primo co-irmão, José de Barros Mello, que morava distante quatro leguas de minha residencia, e qual não foi o meu desgosto achar minha irmã chorando, quando esperava encontrar aquelle sorriso encantador que costumava sahir dos seus labios quando me via.

«Afflicto procurei saber della a causa, e o mais que consegui foi, com maior furia, continuar seu pranto.

«Então, cheio de pezar, deixei-a socegar, e, ás escondidas, interroguei uma escrava, que descobrio ser desgosto do marido por causa da amasia delle.

«Disfarcei quanto pude, e deixei minha mana mais socegada, levando meu coração desfazendo-se de palpites, e, assim recolhi-me em minha casa sem saber o que fazer.

«Assentei communicar a meu irmão e padrinho para concordarmos um meio para separar o marido da mulher ou a amasia do amante.

«Meu irmão foi mais imprudente; logo que recebeu minha carta, de lá mesmo seguio para a casa da amasia, não querendo conversar-me, porque alli se achava meu pae, a quem tudo occultei.

«Chegou e mandou-a montar em um cavallo que para

isso ia de sobresalente e seguio para a sua casa, emquanto o amante se preparava para tomal-a, antes de se lhe dar o destino.

«E na verdade seguio com um numero de cabras e seu irmão Francisco Ribeiro de Mello, tendo tempo de ainda achal-a, mas passou pelo desgosto de não tomar como disse.

«Meu pae, logo que soube, seguio em procura de accommodar qualquer desordem e encontrou o genro que vinha de volta na maior desesperação que lhe permittia sua cegueira.

«Pedio a meu pae que não consentisse a rapariga sahir assim desprevenida, levasse para a sua casa ou mandasse para a do pae delle, ou então désse-lhe destino, que com isso ficava satisfeito e promettia tornar á mesma amisade.

«Meu pae chegou quando a rapariga ia sahir para Caxias, mandou voltar, trouxe e entregou ao genro, dizendo-lhe: tome sua moça, quero minha filha

«Chegando em casa mandou-me vir minha mana, mas elle—José de Barros Mello, meu cunhado—disse que tinha entregado a rapariga ao pae, sahia tal dia e não precisava de ver sua amante; comtudo ella—minha irmã—não queria ficar, mas eu pedi-lhe, ella ficou.

«Elle festejou-me na ordem do costume, mas o que apresentava nos labios encobria no coração.

«Continuamos na mesma amisade e passados dois ou mais dias, combinou com Vicente Lopes de Negreiros ir este assassinar meu irmão e padrinho, que tinha de passar o Natal na matriz de S. Gonçalo—Ceará—, nossa freguezia; e elle na mesma noite iria matar a outro irmão, João Ribeiro Moura, que era seu visinho em Cratheús.

«Depois disto feito dariam as mãos e acabariam com os outros.

«Elle foi a casa de meu irmão, assassinou dois rapazes, e aquelle poude escapar com um que lhe ficou.

«Vicente Lopes foi esperar sua victima, mas A. Mourão sendo avisado, logo que chegou, foi procural-o na casa em que estava. Vicente Lopes vendo essa delibera-

ção, tratou de fugir, deixando um cabra morto, que resistio dando tempo a fuga.

«Meu pae chegando, dá ordens para receber-se as cargas e entra em casa, ficando fóra meu irmão Manoel de Ferros, assistindo recolher-se as cargas.

«Ouvindo os tiros, pergunta, disseram ser Antonio Mourão com Vicente Lopes; disse elle: ah! homem doido (!) vou já tiral-o disso». Segue em procura dos tiros ao tempo que Vicente Lopes ia fugindo, disparam um tiro e cahe, traspassado de duas balas, o meu innocente irmão.

«Ouvindo o tiro, nós que estavamos na lucta, corremos e achamos nosso irmão morto, ali o deixamos e fizemos todas as diligencias, mas não foi possivel acharmos o assassino.

«Nesta mesma noite segui em procura do tal e recolhi-me depois de sete dias de minuciosa diligencia, por aquelles logares onde suppunha encontral-o».

. . . . . .

Tocamos aqui na pedra angular das nossas investigações sobre os crimes praticados na comarca pelos *Mourões,* transcrevendo parte do primeiro capitulo das *Memorias de Alexandre Mourão,* com a redacção do seu original publicado pelo jornal *A Republica* Alludindo essas *Memorias* ao nome de Vicente Lopes Vidal de Negreiros, chega-se á conclusão de ter sido este o causador, senão o unico responsavel, pela incontavel série de delictos commettidos por esses valentes homens, divisando sempre na pessoa daquelle um inimigo irascivel que não os deixava um só instante, ora atacando, ora defendendo-se das investidas dos seus rancorosos adversarios e dando logar a que perdurasse por muitos annos uma lucta horrenda, sem treguas, fazendo tombar innumeras vidas além das muitas depredações praticadas.

Quem foi Vicente Lopes Vidal de Negreiros, descendente, por linha paterna, do heroico André Vidal de Negreiros, segundo a affirmativa de um historiador, dil-o documento preciosissimo, neste momento sob as nossas

vistas e infelizmente até hoje desconhecido nas paginas da historia do Ceará, por força das injuncções do seu autor, negando-se a publical-o, n'uma teimosia prejudicial, sem justificativa razoavel para o seu procedimento, senão requintada e quiçá criminosa modestia.

Referimo-nos á vida desse grande homem—acreditamos que ninguem ousará contestar ter sido Vicente Lopes um heróe—escripta pelo respeitavel ancião coronel Thomaz Catunda, de S. Quiteria, trabalho que honra sobremodo o nome de seu autor, podendo figurar ou lado dos melhores, no genero. Por motivos de ordem meramente pessoal, ainda não foi elle editado, ficando a historia dos homens de valor do Ceará na ignorancia do bello capitulo a que alludimos e em cujas linhas são descriptos, com exactidão e com methodo, os episodios mais interessantes da vida accidentada de um vulto de sentimentos nobres, mas que, por força de conveniencias especiaes, se tornou um criminoso vulgar.

Os crimes praticados pelos *Mourões* teem ligação directa com a vida de Vicente Lopes de V. Negreiros, pelo que não nos furtamos ao desejo de referir, nesta chronica, alguns desses episodios, justamente aquelles que possam melhor accentuar o seu inicio e possam ainda dizer respeito á historia criminal da comarca.

Para isso preciso se torna, porém, abrir um demorado parenthesis e dar a palavra, por alguns momentos, ao sr. coronel Thomaz Catunda, que muito bem os descreveu no importante trabalho que nos confiou por uma deferencia toda especial, aliás caracteristica do seu largo coração.

Escreveu o apreciado historiador:

«A intriga de Vicente Lopes Vidal de Negreiros com os *Mourões,* de quem, aliás, era parente por afinidade e que deu logar á sua celebridade, tem-se-nos contado de differentes modos, mas dando-se sempre como sua origem —a mulher—, confirmando, assim, a opinião de Saint Beuve, celebre critico francez, que em todas as questões que se lhe apresentava, dizía: *cherchez la femme,* que alli achareis a origem

«Assim, dizem, que andando Vicente Lopes em viagem para o Piauhy, Antonio Mourão pedio em casamento sua irmã d. Francisca, no que seu pae consentiu Chegando, porém, Vicente Lopes, seu pae participando-lhe o pedido e seu consentimento ao casamento, dizendo-lhe que era preciso realizal-o logo, Vicente Lopes discordou formalmente, oppondo tenaz recusa, allegando que não queria mais misturar o parentesco com aquella familia, e por mais que o velho *martellasse* com elle, fazendo-lhe vêr as más consequencias que poderiam surtir de tal negativa, já tendo dado o seu consentimento, nada o demoveu, affirmando que arrostaria com toda a responsabilidade, houvesse o que houvesse, tratando então de casar sua irmã com Antonio Pinto de Mendonça. E de tal fórma procedeu Vicente Lopes, que quando Antonio Mourão esperava resposta definitiva marcando-se-lhe o dia do casamento, recebeu carta convidando-o para assistir ao casamento de d. Francisca com Antonio Pinto de Mendonça.

«Antonio Mourão, apesar da affronta, não ousou romper hostilidades com Vicente Lopes, limitando-se a fazer muita *zuada* e a ficar desconfiado com elle.

«Pouco tempo depois, tendo Antonio Mourão mandado por seus sequazes tirar á força d'armas u'a mulher bonita do poder do marido, que ha dois mezes apenas havia casado, este procurou a V. Lopes para intervir, de modo que lhe fosse restituida a mulher... Negou-se V. Lopes a essa intervenção, allegando que havendo já um desgosto entre elle e os *Mourões*, não queria absolutamente augmentar a sua intriga, dizendo ainda ao marido ultrajado que tivesse paciencia e resignação que algum dia sua mulher lhe seria entregue.

«Um anno depois, estando V. Lopes bem descançado em sua casa em occasião que almoçava, foi surprehendido pela presença daquella mulher que correndo para elle, banhada em lagrimas, de joelhos a seus pés, supplicava sua misericordia e da familia e pedia protecção tirando-a daquella vida em que na maior coacção se achava e fazendo com que ella podesse viver com seu

marido, o qual se encontrava em companhia de V. Lopes desde que lhe fôra raptada a mulher.

«V. Lopes escreveu a Antonio Mourão, participando-lhe o occorrido e pedindo-lhe que deixasse aquelle casal viver em paz. Antonio Mourão, já despeitado e de *venta inchada*, como se costuma dizer, respondeu negativa e atrevidamente á carta recebida, dizendo que não cedia ao pedido e que se elle V. Lopes não os despedisse de sua casa, iria immediatamente arrancal-os de lá. V. Lopes replicou muito formalmente que não os desprezaria e nem os deixava sahir de casa e que quando elle quizesse, poderia ir arrancal-os do interior de sua casa.

«João Lopes—pae de Vicente Lopes—vendo o perigo em vias de facto, pedio ao filho para abandonar aquelle casal, aconselhando-lhe a ida para o Estado do Piauhy, com a familia, onde morava seu sogro.

«V. Lopes tomou o conselho do pae em retirar-se para o Piauhy, mas não em abandonar o casal, o que seria, segundo affirmava, além de uma deshumanidade, uma covardia sem nome se assim o fizesse. E effectivamente, conforme prometteu, retirou-se, conduzindo seus protegidos, indo residir no Piauhy com seu sogro, onde permaneceu por algum tempo.

«Esta é a primeira versão da intriga.

«Diz-se tambem que tendo Antonio Mourão, conhecido pela antonomásia de *Cabano*, chefe da familia, com um sequito de cangaceiros, em suas correrias, roubado ao sargento-mór Leandro Bezerra, homem rico, dono de fazendas de gado no sertão e de terras, de residencia na Matriz de S. Gonçalo da Serra dos Côcos, e na occasião do roubo conduzido á fôrça uma filha de criação daquelle sargento-mór, de quem V. Lopes era intimo amigo, e que tendo este conhecimento de tal vandalismo, sabendo da penosa e por demais afflictiva circumstancia em que se achava seu amigo, homem pacato e ordeiro, fez-se acompanhar de alguns cangaceiros e com estes conseguiu tomar a moça do poder de *Cabano*, sem que houvesse o menor conflicto, entregando-a depois ao seu pae adoptivo.

«Tambem contam que tendo Miguel ou Manoel de Lima, morador e protegido de V. Lopes e casado com uma sua parenta, assassinado a propria mulher e a Miguel Carlos, a mandado da mulher deste, por quem vivia enamorado, e pretendendo casar-se, V. Lopes logo que teve conhecimento de tão nefandos crimes praticados por Lima, correu com elle de suas terras, reprovando acerbamente o seu negro, vil e torpe procedimento, dizendo que se retirasse immediatamente, pois não o queria ver jamais Lima então amedrontado, procurou a Antonio Mourão e delle se valeu dizendo que V. Lopes procurava matal-o, affirmando que isso o faria ainda que o encontrasse—a elle Lima—*entre as pernas do rei.*

«Conta-se finalmente que tendo u'a amasia de Antonio Mourão pedido um presente de festas a V. Lopes, esté lhe déra um córte de chita para vestido e que Antonio Mourão sabendo, tomado de ciumes e dando-se por offendido em seus brios de homem poderoso e valente, blasphemava contra V Lopes, dizendo que este lhe pagaria o *desafôro.* Exasperado, Antonio Mourão, em provocação ao seu antagonista, tomára a chita da amasia, queimando-a e cortára o cabello da pobre mulher com uma faca.

«Não temos certeza qual dessás versões fosse a verdadeira, pois não temos a menor lembrança de ouvir V. Lopes dizer qual a causa primordial de tal intriga, parecendo-nos, comtudo, ser a primeira. O facto é que esta ou aquella teve por origem a mulher, tornando-se uma intriga tenaz e furiosa, que tanto tempo durou e tantas vidas custou».

. . . . . .

Aqui termina um dos capitulos da vida de Vicente Lopes de Negreiros, escripta pelo operoso sr coronel Thomaz Catunda, de Santa Quiteria.

Como fizemos sentir anteriormente, transcrevemol-o para esta chronica no intuito de melhor accentuar o inicio da grande lucta dos *Mourões,* tendo como feroz an-

tagonista um homem de tempera forte, de genio irascivel, nas condições de Vicente Lopes.

Sobre a vida desse excepcional criminoso ainda refere o sr. Catunda:

«Vicente Lopes não foi um assassino nato, um facciñora temeroso, como alguem, injustamente, já o classificou. Assassinos são aquelles que matam e mandam matar os seus semelhantes, ás vezes até innocentes, por qualquer futilidade, sem o menor motivo, somente por vangloria, como faziam antigamente os *Ferros*, os *Condurús* e actualmente estão fazendo os *Chapéos Grandes*, roubando e ganhando dinheiro de qualquer mandante, e outros de egual jaez».

«E qualquer observador que para elle lançasse as vistas, ou que lhe examinasse as linhas das mãos, havia de conhecer naquella fronte magestosa e naquelle craneo bem conformado, que alli não se aninhava a bóssa do assassino, e nem naquellas linhas desembaraçadas das mãos se via que elle não o era e nem poderia ser, como por seus actos e suas acções jamais foi julgado por quem com elle conviveu e por quem está a par de sua chronica... Ao contrario, era um homem justo, de uma razão esclarecida, de indole pacifica, de louvavel comportamento, affavel, jovial e generoso e, sobretudo, de uma abnegação sem limites para com seus amigos primeiramente, e para com aquelles a quem era grato, e que somente por essa abnegação e verdadeira dedicação para com elles, ou por affrontas, que a elle, pessoas de sua familia ou de sua intimidade se fizesse, em um tempo como aquelle, em que o bacamarte—*bocca de sino* dava leis e imperava despoticamente, tendo incorrido no odio dos *Mourões*, senhores de *baraço e cutello* e educados na perniciosa escola instituida por Martins Chaves, que por suas perversidades foi preciso que o governador da capitania do Ceará, em 1805, João Carlos, depois visconde ou marquez de Aracaty, fosse pessoalmente, de ordem de d. Maria 1.ª, rainha de Portugal, prendel-o, coadjuvado por grande força, em S. Pedro de Ibiapina, vindo a fallecer na cadeia do Limoeiro, em Lisbôa, para onde foi deportado, vio-se então

V. Lopes obrigado, elle que era de uma coragem desmedida, amparado por sua superior agilidade, a lançar mão das armas para poder defender-se de seus inimigos.

«Assim, presentindo a animosidade dos *Mourões* contra elle, quando não tinha ainda havido um rompimento entre elles, comtudo, pelo que se lhe informava, e porque era de móda, fez tambem o seu sequito de cangaceiros, prevendo qualquer aventualidade ou ataque da parte delles, tomou o seu *bocca de sino* e a sua granadeira, dando-lhes os nomes: áquelle de *canario* e a esta de *negra velha,* que depois lhe serviram bem, e quando em acção, atacado pelos seus inimigos, ao disparar o primeiro tiro, recitava sempre em altas vozes a seguinte quadra:

—Quando o canario abre o bico,
Turba-se o tempo, meu bem;
Chore quem tem de chorar,
Que não sou pae de ninguem ...

«De entre o seu sequito conta-se que tinha: *José de Fama,* que depois o trahio, indo reunir-se aos *Mourões; Severino de tal, Chanana, Goiabeira,*—o mais fiel de todos e que sempre o acompanhou—*Fama-leal, José Caixinho, Jaramatalha, Belchior,* etc., e outros de sua intima confiança, que nunca o desampararam sem seus trabalhos, acompanhando-o tambem quando a sua intriga cresceu seus dois irmãos João e José Lopes, homens, como elle, destemidos, principalmente o ultimo, que conhecemos pessoalmente por alguns annos, já velho e pae de numerosa familia, sendo vaqueiro na fazenda—*Juá*—do senador Paula Pessoa, e delle nos disse V Lopes «*que seu irmão Cazuza não só tinha muita coragem, como tinha máo genio e era precipitado*».

«Depois de alguns annos, vimos José Lopes, coitado, pobre e com horrivel cancro no rôsto, do que veio a morrer».

. . . . . .

São estes os signaes caracteristicos da individualidade de Vicente Lopes Vidal de Negreiros, sufficientemente delineados pelo venerando sr. coronel Thomaz Catunda.

Como fizemos sentir, transcrevemol-os desejoso de melhor accentuar a lucta dos *Mourões* na comarca. Ao leitor intelligente facil será tirar a illação dos factos, batendo-se dois grupos ferozes, cada qual julgando-se na defensiva, mas que corroborava unicamente a falta de prestigio da autoridade naquelles ominosos tempos, sentindo-se impotente para jugular os innumeros crimes e absurdos commettidos por elles scenas essas tão deprimentes e vergonhosas que nos legou a historia.

Manda, entretanto, a justiça que se enalteça o empenho de um governo do Ceará, que muito se interessou para dar um paradeiro aos actos de vandalismo praticados no interior da antiga provincia, justamente na época em que mais se salientavam os *Mourões* nas suas correrias.

Foi na gestão presidencial do padre José Martiniano de Alencar, no decorrer dos annos de 1835 e 1836. Esse sacerdote, politico em evidencia, e possuidor de um tino administrativo admiravel, segundo se collige das cartas que naquella época dirigiu a Manoel do Nascimento Castro e Silva, então ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda, documentos esses que se encontram actualmente no archivo da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, conforme declaração do exmo. sr. Barão de Studart, muito se esforçou para a captura dos bandidos, que infestavam o centro da provincia, providenciando, nesse sentido, para que houvesse uma combinção de forças com as provincias limitrophes com o Ceará, o que conseguio facilmente.

Assim, distribuindo contingentes de força publica para o centro, levando seus commandantes ordens severissimas, com algum esforço, conseguio melhorar a anarchia então reinante, dispersando os grupos perniciosos.

Os *Mourões* foram tenazmente perseguidos e presos alguns de seus membros, outros foram obrigados a pro-

curar refugio em paragens onde quer que a noticia dos seus esconderijos não chegasse ao conhecimento das autoridades locaes.

A reacção começava...

Nada mais podemos adiantar sobre os crimes praticados, na comarca, pelos *Mourões*.

De relance, rememorando apenas o inicio da lucta que parecia interminavel, cedendo, porém, ao imperio da lei, procurámos a elles alludir no desejo de acclarar alguns pontos omissos naquillo que se tem escripto.

Outro era o nosso intuito: pormenorisar, o quanto permittisse o nosso esforço, o desenrolar dos sangrentos factos, mas, a tarefa, sobre ser penosa, peccou pela falta absoluta de dados, impossibilitando qualquer tentativa, nesse sentido, do narrador.

Mesmo assim, aqui fica uma idéa demorada da acção criminosa dos *Mourões* nos remotos sertões cearenses, de alguma fórma imperando nas cercanias da comarca.

O proprio Alexandre Mourão—affirma-o o editor de suas *Memorias*—escrevendo a sua vida e façanhas, acabou a chronica bruscamente, ignorando-se o seu fim e de mais alguns protagonistas de seus celeberrimos crimes.

Sabe-se, entretanto, que, saindo elle da cadeia, velho e pobre, ainda se casou e pouco depois morreu.

«O tenente-coronel José de Barros Mello, conhecido pela alcunha de *Cascavel*, cunhado de Alexandre Mourão, e que desempenhou papel saliente nas luctas em que se envolvêra a sua familia, morreu na cadeia de Cratheús em 1877.

O irmão deste, Pedro Ribeiro de Mello, tambem saliente nos innumeros crimes praticados pelos *Mourões*, cumprio 24 annos de prisão, saindo da cadeia velho e pobre.

Um sobrinho deste, de nome Galdino Ribeiro de Mello, cumprio, por sua vez, a pena de 16 annos de prisão.

Francisco Irineu, conhecido por *Chico Vigario*, um dos mais famosos comparsas dos *Mourões*, esteve preso na cadeia de Cratheús 34 annos, sendo já muito velho e maluco perdoado pelo Imperador».

Desta fórma, triumphando, como ficou dito, o imperio da lei, poude-se dar um paradeiro ás scenas de vandalismo praticadas pela destemida prole, extinguindo-se, assim, o máo rebento dessa familia que tão celebre se tornou nos annaes do crime, existindo ainda hoje numerosa descendencia, de residencia na comarca, pessoas, porém, de toda consideração e acatamento, respeitadoras da lei, vivendo apenas do seu honrado trabalho e em reminiscencias das tradições dos seus sanguinarios antepassados.

## III

Sabidas, como se acham descriptas nos capitulos anteriores, as tradições que se prendem á fundação do nucleo investigado e seu remoto desenvolvimento, tendo-se uma idéa como elle nasceu, cresceu e evoluio, si bem que em escala assaz morosa pelos motivos já conhecidos, delineada ainda a sua pagina tristonha com o seu desenrolar de sangue, resta agora encarar as condições da cidade, onde justamente reside a cupula do poder autoritario da comarca.

*Data venia,* incluimos na chronica, o que, nesse sentido, escreveu o dr. Fructuoso Lins Cavalcante de Albuquerque no questionario anteriormente referido.

«A cidade do Ipú, está situada no valle ao pé da serra da Ibiapaba, a margem esquerda de um ribeirão de agua permanente denominado *Ipuçaba,* o qual, nascendo nos centros cavernosos da chã da serra e deslisando-se pelos reconcavos della, para com as suas aguas confluentes regar os sitios de plantações que encontra no seu curso, vem precipitar-se da serra ao valle em uma imminencia de cem metros approximados de altura, a pouco mais de um quarto de legua á vista da cidade para o occidente, conformando as respectivas aguas deste, na sua quéda, uma linda faixa prateada, da largura de cincoenta centimetros, com extensão correspondente á altura donde se precipitam no tôpo da serra, para vir depois serpenteando pelos campos offerecer aos habitantes da cida-

de, em qualquer estação, todos os commodos que uma semelhante maravilha póde proporcionar á humanidade.

Banhando assim a cidade, esse ribeirão ou corrente vae refrescando os terrenos adjacentes na direcção de S. E. até fazer a sua entrada no riacho denominado *Jatobá*, a três leguas da cidade, por meio do qual, e nas margens do ribeirão, aprecia-se bellos cannaviaes, virentes sitios e lindos pomares, onde se colhe, além de outras fructas, as melhores laranjas; e ouve-se em quasi todos os tempos o tremor rouco e monótono de innumeros engenhos de ferro para o fabrico do assucar e aguardente.

Offerece, assim, a cidade, séde da comarca, debaixo deste ponto de vista, um pittoresco aspecto ao observador».

No *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Estado do Ceará*, do illustrado sr. dr Alvaro Gurgel de Alencar, encontramos, verbo *Ipú* ou *Ipú Grande*:

«Comarca durante quarenta e quatro annos; supprimida quando organisou-se o Estado depois da Republica, restaurada pela lei n.º 422 de 29 de setembro de 1897, comprehendendo o termo de Ipueiras.

Municipio, termo, freguezia e cidade nova.

E' uma localidade de clima quente e salubre, situada ao pé da serra da Ibiapaba; dista da capital 340 kilometros.

Primitivamente chamou-se Villa Nova d'El Rei, quando foi creada em 1791 em Campo Grande, d'onde foi transferida para o local em que está.

Sua posição astronomica é de 4º, 19', 32", de latitude sul e 2º, 16', 4", de longitude oriental, e em tempo 9m. 7ª.

O municipio foi creado em 1840, a comarca em 1847 por lei provincial de 31 de agosto, desmembrada de Sobral.

A villa foi transferida, como acima dissemos, por lei provincial de 26 de agosto de 1840.

A freguezia foi creada primitivamente com a invocação de S. Gonçalo da Serra dos Côcos, cuja matriz era na Ibiapaba, por provisão de 30 de agosto de 1757; e tran-

sferida a matriz para o Ipú, por lei provincial de 26 de agosto de 1845.

Foi elevada á cidade pela lei n.º 2098 de 25 de novembro de 1886.

Dista de Sobral pelos velhos caminhos 100 kilometros e pela via ferrea de Sobral 87 kilometros».

***

O terreno urbano divide-se em quatro bairros com uma população nunca inferior a cinco mil almas: o do centro, o do *Reino de França,* o do *Alto dos Quatorze* e *Alagôa,* todos arruados, geralmente de pessima edificação.

O bairro principal do Ipú, se não deixa aos olhos do observador um aspecto encantador, pelo menos é agradavel na sua primeira impressão.

Localisado, como é natural, na melhor artéria da cidade, o panorama que elle descortina, simples no seu todo, dá a idéa da operosidade de seus habitantes aproveitando-se da uberdade de seu solo, na formação de regulares sitios que o circumdam, «malhados de cannaviaes verde-pallidos e de barrancas vermelhas».

Como toda cidade sertaneja, onde parece que as mais comesinhas regras da architectura moderna são desconhecidas, o Ipú pecca pela falta absoluta de esthetica na sua construcção. Afóra meia dúzia de predios de edificação caprichosa, tudo mais nesse meio obedeceu aos moldes antigos; e se não fôra a singular perspectiva do quadro, cujas nuances já foram descriptas, muito ainda deixava ella a desejar, occupando posição assaz desvantajosa perante as suas co-irmãs cearenses.

A natureza, porém, foi-lhe prodiga, emprestando-lhe certa graça, um quê de encanto com a fertilidade de seus terrenos não commum, e que só encontra competidores nos villarejos estabelecidos no uberrimo e riquissimo valle do Cariry, incontestavelmente a zona mais invejavel do Ceará.

E' no bairro central da cidade que se acha estabele-

cida a sua melhor edificação. Constitúe elle, por excellencia, o élo principal para onde, em regra, convergem todos os negocios, concentra-se toda a sua energia vital, reside a sua melhor sociedade, emfim, desenvolve-se, em soffrivel escala, o commercio do municipio.

Em materia de edificação, como ficou dito, muito deixa ainda a desejar o Ipú, destacando-se, entretanto, o elegante predio em que ora funcciona o *Gremio Ipuense,* ponto de reunião da elite local; o que serve de edificio da cadeia publica e paço da municipalidade; o da estação da estrada de ferro; o do mercado publico, alem de mais algumas propriedades particulares.

O pequenino templo que serve de igreja-matriz á freguezia do seu orago, o Martyr S. Sebastião, não está relativo ao desenvolvimento do meio, assemelhando-se mais, exteriormente observado, a uma simples capella, embóra internamente contemplado com a sua fina decoração e religioso conjuncto, atteste unicamente os esforços inauditos do seu actual vigario.

Dado o gráo de fervôr dos ipuenses pela religião Catholica, era de suppôr houvesse mais gosto de sua parte, conjugando os seus esforços na construcção de um novo templo em proporções mais vantajosas e relativas ao desenvolvimento da cidade. Essa falta sempre foi reconhecida, mas infelizmente até agora mal comprehendida.

No parochiato do padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, cujos serviços prestados á causa local são inestimaveis, foi cogitada a edificação de uma nova igreja-matriz. A idea, porém, morreu no proprio nascedouro, existindo hoje apenas para sua attestação aos olhos dos contemporaneos os alicerces da grandiosa obra, gastos pelo tempo, carcomidos, n'um silencio criminozo de para mais de meio seculo.

Nem sempre as grandes idéas surtem o effeito desejado.

Esta, por exemplo, da constrúcção de uma nova igreja no Ipú, devido aos beneficos esforços do padre Correia, valentemente auxiliado pelo dr. Oliveira Maciel, juiz

de direito que foi da comarca naquelles tempos, confirma a asserção.

Hodiernamente, porém, a louvabilissima iniciativa renasce. O actual vigario da parochia, padre dr. Aureliano Motta, n'um rasgo de verdadeira abnegação e grande devotamento pelo seu crédo, prevendo embóra mil óbices que, certo, antepôr-se-ão á sua decidida vontade, mas sem duvida desapparecerão dada a sua máscula energia de sacerdote operoso, projecta, emfim, recuperar a falta, tratando da construcção desse templo, já tendo iniciado os serviços (1).

---

(1) Sobre esse assumpto, subordinado ao titulo—*Um novo templo ipuense*, publicou *O Rebate*, de Sobral, em seu n.º 18, edição de 24 de outubro de 1914:

«Com desusada solemnidade realizou-se domingo ultimo, no Ipú, a benção da primeira pedra fundamental da nova egreja-matriz daquella cidade, grandioso emprehendimento que pretende levar a effeito, alli, o seu actual vigario, padre dr. Aureliano Motta.

O acto, que foi imponentissimo, teve logar ás 9 horas da manhã, presidido pelo virtuoso vigario, a elle associando-se as primeiras autoridades da terra e compacta massa de fieis.

A'quella hora, reunidos todos no local designado para a erecção do novo templo, ao som do hymno nacional, ouvido religiosamente, foi dada a benção solemne, com as pragmaticas do ritual, sendo a mesma paranymphada por um grupo de pessôas em destaque na sociedade ipúense.

A ceremonia, que tomou um caracter brilhantissimo, devido aos incançaveis esforços do padre dr. Aureliano Motta, terminou com uma missa campal, em local adrede preparado, no mesmo terreno onde tem de ser erguida a nova egreja.

Por occasião da benção, foi lavrada uma acta, assignada pelo reverendissimo vigario e paranymphos, concebida nos seguintes termos:

«Aos dezoito dias do mez de outubro de mil novecentos e quatorze, nonagesimo segundo da nossa Independencia, vigesimo quinto da proclamação da Republica Brazileira e primeiro do Pontificado de Sua Santidade, o Papa Bento XV, sendo bispo da Diocese do Ceará o exmo. e revdmo. sr. bispo d. Manoel da Silva Gomes, perante numerosissima assistencia, benzi solemnemente a primeira pedra desta Matriz de S. Sebastião, que foi collocada no angulo direito da torre, contendo numa cavidade quadrangular moedas da Republica Brazileira, a licença do exmo. sr. bispo diocesano e a presente acta, que assigno com todos os paranymphos».

O plano da nova matriz é magnifico e terá sua localisação em optimo terreno da cidade. De estylo simples, mas elegante, a nova igreja, uma vez prompta, a se julgar pela planta que lhe serve de modelo, nas obras actuaes, constituirá um grande orgulho para o seu povo.

Para alcançar o termino da poderosa obra, torna-se necessario regular somma de dinheiro, difficuldade essa que desapparecerá dada a bôa vontade dos habitantes do Ipú, prestando seu indispensavel concurso.

O reverendissimo vigario luctará bastante para chegar ao fim da sua maior e mais justa ambição. E conseguirá.

E nenhum ipuense que idolatre a sua terra, que deseje vel-a querida, feliz, abençoada e admirada por todos, deve negar o obulo reclamado, aliás pequenino, ao alcance geral.

***

O segundo bairro da cidade donomina-se *Reino de França*. Está situado ao occidente do principal.

O seu casario é nullo, na mór parte composto de verdadeiras tapéras. Talvez que a falta de melhor edificação, nesse bairro, seja motivada pela sua situação, acostado ao tôpo da serra, onde recebe maior gráo de calor, intenso, que se reverbéra d'alli ao centro da cidade.

---

D'aqui, O Rebate saúda ao bom povo ipúense, associando-se ao notavel commettimento, óra levado a effeito pelo seu operoso vigario, revdmo. padre dr. Aureliano Motta, fazendo votos para que, no emprehendimento da grande obra que se faz necessaria naquella cidade, consiga elle, em breve, vêl-a convertida em realidade. São os nossos desejos.

E, terminando esta ligeira noticia, da benção da primeira pedra fundamental do futurozo templo, appella para os sentimentos religiosos desse bom povo, auxiliando aos bemdictos esforços do digno sacerdote, na construcção dessa obra que, uma vez prompta, contribuirá, sem duvida, para o engrandecimento e prosperidade da querida terra Ipúense».

Sobre a origem do nome que elle tomou corre uma versão, narrada pelos antigos.

Dizem que nasceu essa designação por ser esse bairro o de reunião, em priscas eras, de alguns desordeiros, homens affeitos a toda sorte de orgias, os quaes obedeciam ao mando de um pardo de nome Luiz de França.

Suas tropelias foram muitas, celebrisando o logarejo, que passou a ser chefiado pelo tal mestiço, formando, no dizer de alguém, um *reino*.

Isto passou-se em remotos tempos. Com a successão das épocas o pequeno povoado foi soffrendo transformação no seu estado de cousas, constituindo hoje um dos suburbios da cidade.

Só a sua designação perdura e difficilmente desapparecerá.

A seguir vemos um terceiro bairro, denominado *Alto dos Quatorze,* situado ao sudoéste da cidade.

Como seu congenere *Reino de França,* é tambem formado por um casario insignificante, habitado, na sua totalidade, por pessôas da classe baixa.

Destaca-se, entretanto, do outro, pela sua localisação no terreno de maior elevação da cidade, dando aos seus moradores a suprema ventura de descortinarem o bello panorama que ella encerra.

Sua designação nasceu de uma familia composta de quatorze pessôas que, em tempos idos, ahi residio, affeita tambem ás desordens, dizendo-se perseguida pelos *Mourões.*

Formando essa familia um pequeno nucleo de habitação, pouco a pouco foi o suburbio povoando-se, de maneira que constitúe hoje o bairro de mais densa população.

Segue-se o ultimo, chamado *Alagoa,* situado a oéste da cidade.

A sua edificação é melhor, destacando se nelle vasto lençól d'agua constituindo optimo açude, que lhe empresta um certo encanto.

Está localisada nesse suburbio a melhor fabrica de

assucar do municipio, movida a vapor e dispondo de machinismos apropriados ao fabrico desse genero.

*
* *

Nos quatro bairros do Ipú, descriptos ligeiramente, tem a cidade, além dos estabelecimentos publicos, já mencionados, soffrivel edificação, computando-se, nessa relação cerca de quinhentas casas de têlha, afóra o incalculavel numero de casebres de palha, disseminados nos suburbios.

Como fizemos sentir anteriormente, essa edificação, em regra, é má, sem estylo, obedecendo ainda aos moldes das construcções antigas, salvo alguns predios cujas plantas despresaram o ramerrão dos antepassados, mostrando, no seu estylo simples, porém moderno, um certo gosto dos seus constructores. Essa relação, entretanto, é assaz diminuta.

A cidade, no seu todo, é composta de innumeras ruas espaçadas, algumas bem delineadas, comprehendendo a parte central quatro praças, arborisadas.

Na parte principal da cidade, onde justamente reside toda a sua energia vital, ha uma notabilidade curiosa no que diz respeito á edificação. Tal é a conformação que deram os edificadores ás primeiras ruas, formando a configuração do bico, guéla e papo de uma ave, denominação que, por um certo tempo, pilhericamente, foi chrismada essa artéria, esquecida, aliás, com o decorrer dos annos, subsistindo hoje apenas a rua da *Guéla*.

As ruas do Ipú, no tocante ás suas denominações, soffrem desse mal que é commum a toda e qualquer cidade brasileira, abandonando-se os seus nomes iniciaes, que traduzem melhor as suas tradições, os seus gloriosos feitos, como succede ás vezes, para substituirem-n'os por titulos de individualidades em plano assaz inferior, sem um acto digno que os recommende aos olhos da posteridade, tudo por uma tôrpe e infeliz bajulação.

Esse mal deveria ser melhor encarado pelas municipalidades, não consentindo a substituição dos nomes de

suas artérias por titulos que nenhuma recommendação trazem, providencia que não seria mais do que um arremêdo ao determinado por um ministro da Republica, prohibindo a mudança dos primeiros nomes das estações de estradas de ferro pelos dos vultos em destaque no mundo politico. Sensibilisaria a um filho de uma localidade, tocaria mais no seu intimo vendo o nome de uma rua, ou praça qualquer, de seu torrão, conservando a sua anterior denominação, que substituida por outro, attestando unicamente requintado servilismo.

As do Ipú, por exemplo, soffreram essa modificação. Embóra, em rigor, não se possa dizer que houvesse, nessa mudança, uma adulação, em todo caso ferio o principio que deveria ser adoptado.

O que se conclúe desse procedimento, é que as gerações difficilmente acostumar-se-ão com as novas significações e por mais que se procure convencer o povo na adopção dos nomes mudados, este parece continuar no proposito de não observal-os. E' o que succede com as ruas e praças do Ipú. Por mais que se convença aos seus habitantes, a *Praça da Matriz* será sempre assim conhecida e não com o nome do grande abolicionista cearense João Cordeiro; a *Praça do Mercado* terá sempre esse nome e não *Praça do Major Manoel Bezerra,* politico que foi em destaque no Ceará; a rua da *Guéla* será sempre a mesma e não do *Senador Catunda,* vulto tambem de grande respeito no Estado...

Ahi fica a censura, justa sobre todos os pontos.

Oxalá que os homens, senhores do poder, possam comprehendel-a, interpretando-a na altura que ella bem o merece.

São os desejos do chronista.

***

Fica neste capitulo descripto, si bem que por alto, o aspecto da cidade do Ipú, na altura do seu desenvolvimento hodierno.

Resta agora, por ultimo, lançarmos as nossas vistas

de observador para as suas condições actuaes, entrando em considerações que reputamos de grande necessidade para os seus dias de amanhã.

A cidade do Ipú é uma terra predestinada a grandes commettimentos, futuramente.

E senão vejamos:

Paciente observador que se deu ao trabalho de estudar os elementos contribuidores da riqueza da comarca, em curiosa e por demais interessante descripção, delles se occupa, com minucias, assim falando:

«A riqueza productiva da comarca estende-se a todos os ramos naturaes, por que o seu solo, em regra, empanado de mattas e entrecortado de ribeirões, alguns dos quaes de agua permanente, é de uma uberdade espantosa. Encontra-se por ahi uma variedade immensa de productos indigenas e extranhos mesmo, que a sciencia, explorando-os, poderá facilmente aclimatal-os, além dos que já existem neste estado e fazem objecto da criação e cultura.

«Assim temos, no reino animal, variedade infinda de raças que não se poude aclimatar ainda, enumerando-se entre os quadrupedes indigenas,—a cutia, gatos de varias especies, inclusive as onças, macacos, porcos, quatis, tamanduás, raposas, veados, etc., á parte os aclimatados, como o gado vaccum, cavallar, muar e miúdo, uma das fontes de riqueza da comarca.

«Entre as aves temos uma ornithologia variada e rica, porquanto encontra-se entre ellas, de quasi todos os tamanhos e plumagens, desde os gallinaceos, rapaces, trepadoras, passaros propriamente e aquaticos, até os aclimatados como patos, perús, gallinhas, gansos, guinés e pombos, de cuja criação muitos sertanejos se occupam, para remir ligeiras necessidades na economia domestica. Variadissimas tambem são as especies de reptis, amphibios, insectos, etc., e um sem numero de abelhas, entre as quaes, distinguem-se pelo producto medicinal que fabricam a jandahyra, a jaty, a mundury e a de purga, denominação que tomou em consequencia da acção purgativa que tem o seu mel, applicado pelo povo á cura de diversas molestias.

«A comarca é, porém, pouco piscosa, em razão de, não tendo costas, nem rios permanentes, escoarem-se as aguas na estação invernosa, sem deixar consideraveis estagnações onde se demorem e guardem os peixes que naquella estação visitam o curso dos ribeirões

«No reino vegetal tem esta comarca tambem uma rica e variada flóra, onde se distinguem muitas plantas uteis e proveitosas á construcção, ao paladar e á medicina, e tantas outras cousas que não cabe aqui individuar, mas que com o estudo da flóra chegar-se-á a admirar. Assim, entre as de construcção temos—o angico, a aroeira, o cedro, o gonçalo-alves, o páo d'oleo, o páo d'arco, o piquiá, o páo ferro, a peroba, etc; entre as resinosas, jatobá, angico, aroeira e o cajueiro; entre as leitosas, gamelleira, páo de leite, inharé, velame, tatajuba, pinhão e outras; entre as oleosas,—oiticica, copahyba, pitiningui, piquy, araçás, cajú, suspiro, que são alimenticias; entre as medicinaes distinguem-se pelo uso frequente que dellas faz o povo em diversas applicações e padecimentos a ipeca, jalapa, betónica, quina, avenca, gitó, carnahúba (raiz), jaborandy e muitas outras, além das aclimatadas como— o ortelã, malva, agrião, etc. Tem, por conseguinte, este reino productos sufficientes para, com o estudo e industria, enriquecer a comarca

«Penetrando-se, porém, no reino mineral, é que se ha de encontrar productos não para enriquecer simplesmente um individuo, um determinado nucleo, mas a um paiz mesmo, empregados convenientemente o engenho, a arte e alguns capitaes, pois que a comarca encerra no seu seio varias minas, aliás já descobertas algumas dellas, como a prata, o ferro, salitre, pedra-hume, óca ou tabatinga, potassio, pedra de cal, pedra de louza, caparroza, cimento e ouro, de cujos productos vão os habitantes fazendo usos diversos. Assim usam do salitre no fabrico de polvora e fogos artificiaes que tiram, distillando essas terras salitrosas, onde tambem se encontra a caparroza e extrahem dellas um sal chrystallisado, de que se servem para usos domesticos; da pedra-hume servem-se para os cortumes de couro e outros mistéres, para que colhem to-

dos os annos muitas arrobas; com óca ou tabatinga caiam as casas e fazem barragens nestas.

«As minas de potassio são de tal importancia que já em 1842 um pharmaceutico da provincia do Maranhão, com a noticia dellas, mandou propositadamente conduzir do seu local um pouco dessa substancia para experiencia; e de facto o seu emissario conduzio quantidade superior a 300 arrobas, julgando-se da melhor qualidade.

«O ouro, que já tem servido para muitas obras de luxo, é abundantissimo, sobretudo nas margens de um riacho denominado *Juré*, em cujo serviço o coronel Diogo Lopes de Araujo Salles, no anno de 1844, foi auxiliado pela pratica de um explorador mineiro vindo da provincia de Minas Geraes, descrevendo as minas do *Juré* com vantagens espantosas. Conseguio esse explorador extrahir 286 oitavas de ouro de muito bom quilate, depois de haver feito, com ingentes difficuldades, um conducto de agua encanada das eminencias da serra para o seu tôpo, onde estabeleceu um receptaculo dessas aguas de que se servia para lavagem das terras extrahidas dos veieiros das minas auriferas. Infelizmente esse trabalho de lavagem, que assim havia iniciado o coronel Diogo, tão auspiciosamente, não poude ser proseguido, durando so mente duas semanas, já por que sendo minguado o inverno daquelle anno escasseavam as aguas, já por que, a mão da fatalidade veio embaraçal-o cada vez mais, em suas explorações, sendo atrózmente assassinado o seu denodado auxiliar por um dos seus proprios escravos, o que fel o abandonar a exploração por falta de pessôa habilitada que dirigisse o trabalho, do qual não mais cuidou, nem tam pouco os seus herdeiros, a cujo dominio passaram essas terras

«Além das minas de ouro do *Juré*, temos as do *Bom Jesus*, a pouco mais de uma legua de distancia desta cidade, cuja exploração já foi tentada, e dellas, com mais facilidade, tem sido extrahido ouro e por pessoas completamente destituidas de conhecimentos mineralogicos, como por exemplo um preto velho, natural da provincia de Minas Geraes, que existio no Ipú, conhecido pelo epitheto

de *Pae Flor,* o qual, tendo descoberto essas minas, extrahio dellas porções de ouro de elevado quilate, que vendia aos ourives da cidade e dava tambem a outras pessoas, que mandavam fazer obras de luxo, entre as quaes pode se citar o padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, vigario que foi da parochia, mandando fazer as fivéllas de seus sapatos»

O illustrado homem de lettras dr. Thomaz Pompeu de Souza Brazil, em sua importante obra *O Ceará no começo do seculo XX*, referindo-se ao ouro existente no Ipú diz que, nos riachos *Curimatan*, *Bom Jesus* e *Juré*, de muito tempo que o tiram, bateando-lhe as palhetas.

Particularisando essas minas, diz o notavel cearense que o ouro de *Curimatan*, na opinião de Feijó, é de côr amarella, bem carregada, e o do *Juré*, de qualidade superior.

«Sobre a mina do *Bom Jesus*, a 12 kilometros a léste da cidade do Ipú, examinada em 1856 por dous engenheiros inglezes, consta o seguinte:

«Abriram um poço de 6m,6 de profundidade e 8m,8 de circumferencia, e ficaram satisfeitos com o resultado da experiencia—Dr. José Pompeu, *Chorographia do Ceará*, pag. 72.

«Em 1868 o lavrador Teixeira, do Ipú, contractou um profissional, inglez para estudar a mina por elle descoberta. Depois de demorado exame, este profissional concluio pela bôa qualidade de ouro e as vantagens de sua exploração

«A difficuldade de haver agua para esta mineração impediu os seus progressos.

«Em fins do seculo passado, um engenheiro operoso, dr. Heraclito de Carvalho, associado a Teixeira, organisou uma companhia com pequenos capitaes, entregou se ardorosamente ao trabalho, mas ao cabo de poucos mezes, arruinada a saúde, teve de abandonal-o.

«O governo imperial concedeu privilegio, por 30 annos, a Teixeira para a exploração das minas de ouro chumbo, soda e outros mineraes, por decreto n.º 3779 de 12 de

Janeiro de 1867, revalidado pelo decreto n.º 4876 de 24 de Janeiro de 1872».

O dr. Raymundo Heraclito de Carvalho cursava ainda o quinto anno da escola polytechnica de Ouro Preto, quando, a convite do major Teixeira, visitou a mina do *Bom Jesus*.

O digno engenheiro, examinando o local, onde se suppunha existir o minerio, conseguio tirar delle algumas amostras e voltando a Minas Geraes para terminar os seus estudos, submetteu-as á apreciação do director daquella escola e este titular determinou, em seguida, minucioso exame nas alludidas amostras, designando um outro estudante para auxiliar o trabalho do então academico Heraclito.

O resultado foi, por demais, satisfactorio, mas suspeitando o director da polytechnica de Ouro Preto ter havido certo exaggero ou mesmo interesse por parte de seus discipulos, no laudo apresentado, em pessoa, presidio segunda analyse, com maior escrupulo, concluindo pela exactidão do primeiro exame.

Na opinião do provecto professor de Ouro Preto, o minerio existente no *Bom Jesus* era egual a uma das melhores minas do Transvaal, restando unicamente saber-se qual a extensão da área do terreno onde estava localisada a mina para sua verdadeira valorisação.

Diplomado o dr. Heraclito, volta ao *Bom Jesus*, e certo da existencia da mina, apparelhado de conhecimentos sobre a materia, dá começo á exploração, dedicando toda a sua energia máscula com devotado ardor e operosidade que justificam a sua ardente ambição de moço.

Reune alguns capitaes, constitue pequeno syndicato, documenta-se, apparelha-se de mecanismos apropriados á extracção do ouro, e eil-o, esforçado, á frente do penoso serviço, certo da sua victoria, architectando, talvez, doirados projectos, audaz explorador, superando difficuldades proprias do meio indifferente, por indole, ao surprehendente espectaculo da extracção de minerio.

Lucta ingloria a do mallogrado moço Após um anno de esfalfante serviço no qual foram consumidos alguns capitaes, quando julgava a obra completa, desengano fatal, cruel, esmagador, se depara aos seus olhos cubiçosos de ouro, simplesmente ouro.

Por motivos ainda hoje ignorados, mas que certo a sciencia os explicará, naturalmente oriundos da deficiencia ou imperfeição de apparelhos mais adequados ao trabalho, ou ainda a inexperiencia do moço explorador, com o cerebro cheio de theorias rudimentares, mas de todo vasio da madura pratica exigida em tal investigação, o resultado, máo grado as duas analyses da escola de Ouro Preto, não correspondeu á expectativa.

Completa desillusão!... Vã esperança desfeita em um segundo!... A operosidade do novel engenheiro chega ao seu auge Tenta mais uma experiencia, outra mais... sempre o mesmo resultado negativo, fatal, cruel, esmagador...

Allucinado, não querendo crêr na realidade do quadro que se lhe deparava, renova estudos, idéalisa complicados calculos, projecta desengonçados apparelhos, tenta reunir outros materiaes confunde as cousas, e, por ultimo, cançado da labuta incessante, apresenta indicios de grave perturbação. O desventurado engenheiro estava soffrendo das faculdades mentaes.

O mal aggrava-se, e, pouco tempo depois, é o dr. Heraclito internado no Asylo de Alienados de Pernambuco, onde conseguira rapida cura, voltando ao Ipú no meritorio intuito de levar ao fim o seu grande commettimento. Reune outros elementos, dá mãos á obra, para recair de sua enfermidade, desta vez reclamando serios cuidados... Morreu fóra do Asylo, paralytico...

Parece uma fantasia. O quadro é no seu todo, real, e vae descripto no rigor de sua authenticidade O Ipú contemporaneo ainda traz na imaginação, indelevel, a figura altamente sympathica do infeliz moço engenheiro, a quem a sua desdita privou de ser incluido no ról dos benemeritos dessa gloriosa cidade ipuense, que poderia

ser hoje considerada a terra da promissão, a verdadeira Chanaam dos cearenses...

O dr. Raymundo Heraclito de Carvalho fôra um vencido da mina do *Bom Jesus*, e esta, hoje no esquecimento, jaz no mesmo estado em que elle a deixou, ha seguramente quatorze annos, na exhibição unica de alguns apparelhos, gastos pelo tempo, attestando os serviços que foram emprehendidos, desafiando ainda, sobranceira, orgulhosa, convicta do seu grande valor, a cubiça de um valente e audaz explorador.

Felizes os que possuem essas terras...

*
* *

Apparelhado de taes elementos, um futuro promissor está reservado ao Ipú

Entretanto, toda essa riqueza de productos naturaes espalhada pelo territorio da comarca parece escarnecer da ignorancia ás vezes, outras da pobreza e até finalmente da indolencia mesmo de seus habitandes, pois que, em regra, a fauna, a flora, os mineraes, poem-se ahi ao alcance do braço de cada qual.

O que se conclúe é que rica como é a comarca dos productos naturaes descriptos, tem material abundante para sua perfeita felicidade faltando-lhe apenas o braço forte da industria posto em acção com o auxilio official do poder competente que, a nosso vêr, deve lançar sobre ella as suas vistas protectoras. A questão é de energia, de força de vontade, uma communhão de idéas, talvez, de seus nobres filhos.

Algumas tentativas já foram levadas a effeito, com agrado geral, e muito embóra começassem de u a maneira erronea, demonstrando apenas desmesurado optimismo de seus propugnadores, em rigor, não se póde censural-os.

Queremos alludir a esses dois recentes projectos de lei votados pela Assembléa Legislativa do Estado, o primeiro apresentado pelo deputado José Lourenço de Araujo —lei n.º 1.128 de 19 de setembro de 1913—autorisando

á camara municipal do Ipú a contractar, pelo praso maximo de vinte cinco annos, com quem maior vantagem offerecer, o serviço de illuminação electrica da cidade; e o segundo, filho da cerebração de um seu illustre filho, deputado dr. Abilio Martins, autorisando a mesma edilidade a contractar o serviço de canalisação de agua na cidade.

O chronista não regateia applausos á attitude dos dignos parlamentares ipuenses, curando de melhoramentos da futurosa *urbs* sertaneja. mas não póde deixar de os estimular a que olhem para os elementos contribuidores da riqueza da comarca, onde, sem duvida, encontrarão meios para justificativas de novos projectos, mais praticaveis e demonstrativos e de utilissimos effeitos.

***

Vem a proposito, neste capitulo, fazermos algumas considerações sobre o clima, condições pathologicas e hygienicas do Ipú.

A these se apresenta por demais árida e o chronista tem difficuldades. Dada, porém, a sua importancia, necessario se torna ouvir a opinião dos entendidos na materia.

O sr. dr. Thomaz Pompeu, que na sua grande obra — *O Ceará no começo do seculo XX*, escreveu sobre o clima do Ceará, u'a verdadeira monographia, assim fala em suas considerações sobre a magnitude do escabroso assumpto:

«E' muito difficil, diz Becquerel, dar definição exacta do clima, tão numerosos são os elementos que concorrem para a sua constituição: póde-se, entretanto, dizer com Humboldt que o clima de uma região é a reunião dos phenomenos calorificos, aquosos, luminosos, sonoros e electricos, que lhe imprimem caracter meteorologico definido, differente do de outra região collocada na mesma latitude e nas mesmas condições geologicas.

«Nesta accepção, geralmente acceita, é difficil o estudo completo da climatologia cearense. As observações meteorologicas que lhe devem servir de base são incom-

pletas umas, outras sem a continuidade precisa, salvo as que se referem ao Quixeramobim, cujo registro é feito por instrumentos automaticos, que de 15 em 15 minutos imprimem em papel as modificações dos phenomenos atmosphericos».

Destas sabias palavras podemos concluir que na falta desses elementos por onde se possa avaliar das condições climatologicas do municipio, só com a experiencia dos tempos, nos seus maduros annos, chegar-se-á a um resultado, senão real, pelo menos approximado.

O clima do Ipú é quente e durante a estação invernosa um pouco humido As noites são agradaveis, mas os dias são excessivamente calidos, oscillando as suas variações thermometricas entre 33°, e 26° á sombra.

Talvez que as condições topographicas da cidade collocada ao pé da immensa cordilheira da Ibiapaba, impedindo, de um certo modo, a acção dos ventos, concorram para a variabilidade do seu clima, sujeito ás oscillações da temperatura, quasi sempre elevada e apenas «suavisada pelos ventos geraes que sopram constantemente na época do verão».

A altitude é um factor importante no estudo do clima e ha uma climatologia vertical ou em altitude, como ha uma horisontal ou em latitude.

No Equador, dizem os entendidos na materia, encontram-se ao pé das montanhas climas verdadeiramente torridos e em seus vertices neves e geleiras, com caractéres de climas polares.

A influencia da altitude é, portanto, consideravel. D'ahi talvez a explicação do interessante phenomeno que se nota na inconstancia da temperatura local, principalmente para quem viaja, sentindo logo a sua completa mudança ao deixar a cidade—a uma legua approximada, subindo a serra.

São esses factores, pois, que, de alguma fôrma, contribuem para a variabilidade do clima desta zona.

***

A nosologia da cidade do Ipú não offerece nada de no-

tavel e caracteristico que à distingua das outras circumvisinhas, e, nesse particular, as molestias que atacam os seus habitantes são as mesmas communs ás demais *urbs* sertanejas.

A occasião se offerece, entretanto, para fazer o chronista um desmentido solemnissimo ao alarme que, até hoje, tem repercutido, injusta e calumniosamente, de ser endemico, na cidade, um certo mal que, de certo módo, vae contribuindo dolorosamente para o descredito desse importante nucleo, possuidor de um clima senão invejavel, pelos motivos expostos anteriormente, pelo menos regular. Essa aleivosia, apregoada criminosamente por gratuitos delatores, vae, infelizmente surtindo o seu máo effeicto, chegando ao ponto de se esquivarem muitas pessôas em residir na cidade, receiando, talvez, a inoculação do virus da fantastica endemia.

Queremos alludir aos decantados casos de morphéa ou lepra que dizem existir, em larga escala, no Ipú, propagando-se assustadoramente, quando a verdade é uma só e ninguem a poderá contestar: não ser absolutamente endemica essa doença no municipio, muito menos na cidade.

Há sem duvida alguns casos dessa cruel enfermidade atacando preferentemente pessôas de determinada familia saliente da localidade. Estes mesmos foram transmittidos por um membro estranho, que a ella se ligou por affinidade, aportando ao Ipú com o virus inoculado, dizem que trazido das regiões da Amazonia.

Não se póde negar ter havido um descuido dessa familia logo que se declarou essa molestia em seu seio, evitando a sua propagação nos demais membros, já por meio de medidas preventivas que a sciencia recommenda, já pela completa isolação do doente em local adrede preparado para o seu tratamento. Tal, porém, não succedeu, e a conclusão foi o grande mal se propagar cruelmente, atacando três de seus membros hoje, no periodo mais agudo da lepra, pagando acerbamente, e sem piedade, o tributo de uma inexperiencia, oriunda talvez do acanhado meio ipuense.

A morphéa, pois, repetimos, não é endemica no Ipú e salvo os casos já ennumerados, com felicidade do seu povo, a sua acção abrangeu unicamente ás pessôas referidas, infelizes creaturas dignas de nossa compaixão.

Entretanto—e disto deveria cuidar o poder competente—necessario se torna limitar a acção morbifica do terrivel bacillo de Hansen. Para isso reclama-se apenas o restricto cumprimento dos preceitos recommendados pela prophylaxia, observando-se as suas regras no rigor que ellas merecem. Medidas de ordem hygienica devem ser tomadas na devida consideração, fazendo-se, á luz da sciencia, estacionar o mal, evitando a sua disseminação.

A transmissão, por contagio, dessa entidade morbida, é um facto indiscutivel, e, no estudo dos casos em questão, somente ao factor *contagio* devemos nos reportar. A influencia mesologica em nada concorre. Dizem os medicos brazileiros, nas suas observações, que as populações ichthyóphagas e os que abusam da carne de porco são mais sujeitas á infecção pelo bacillo de Hansen.

As molestias dos apparelhos respiratorios e circulatorios tambem não offerecem considerações particulares. A tuberculose, que actualmente em muitas cidades apresenta o maior coefficiente de mortalidade, no Ipú tambem tem feito suas victimas e infelizmente não são mui raros os casos encontrados.

As molestias do apparelho gastro-intestinal não merecem pelo mesmo motivo menção especial. Felizmente, a excellente agua potavel de que se abastece a cidade, muito concorre para a salubridade de seus habitantes e ausencia de frequentes infecções intestinaes, communs a outras localidades que se abastecem de agua inferior.

O Ipú é pouco sujeito ás epidemias de molestias graves e infecciosas. Não se registou ainda, até hoje, a propagação da variola, do chólera, do impaludismo e de febres de máo caracter, e mesmo quando, em outros tempos, as populações de outros logarejos do Estado foram atacadas dessas epidemias que se tornaram notaveis, dizimando milhares de victimas, o municipio não mencionou um caso sequer, o que é attribuido ás condições de

salubridade de seu clima, si bem que variavel pelas razões já expostas.

Ha até, neste sentido, uma particularidade bem singular: houve tempo em que a epidemia da variola grassou, com demasiada intensidade, nos arredores circumvisinhos ao municipio, e quando a sua população, assombrada, aguardava o momento de sua propagação, certa de pagar-lhe tambem negro tributo, contribuindo ainda com a sua parcella, é de suppôr, não pequena de casos fataes, attendendo-se ao grande desenvolvimento que tomara então a molestia nos centros da circumvisinhança, experimentou a feliz sensação do desapparecimento, por completo, da terrivel molestia, procurando regiões mais remotas ao Ipú. E nem se diga, para justificativa do caso singularissimo, que se houvesse precavido o povo de medidas prophylaticas recommendadas em tal emergencia, por que, nesse particular, as condições do meio não permittem essas precauções, difficeis sob todos os pontos de vista.

Todavia, este anno, nas margens do rio Acarahú, que, em parte, banha o municipio, notaram-se muitos casos de impaludismo. Provavelmente foram elles importados do Piauhy; não obstante ter sido um tanto restricto seu raio de acção Sem duvida, havia alli o *anophelis* que, sugando individuos impaludados em logares estranhos, transmittiram aos habitantes daquelle logar a infecção palúdica. Apezar disto, podemos affirmar não ser o impaludismo endemico na cidade do Ipú, e mesmo no municipio.

A hypohemia intertropical ou opilação é relativamente commum fóra da cidade, especialmente nas classes pobres e que se occupam da agricultura.

São frequentes os casos de grippe na estação invernosa, concorrendo, talvez, para isso a humidade do clima durante essa estação.

A conjunctivite granulosa é relativamente frequente, especialmente nas crianças. Pensamos, todavia, a acreditar em autores notaveis, que a influencia do clima é quasi nulla, bem como a da raça. E' uma affecção con-

tagiosa que pelas faltas de cuidados da prophylaxia facilmente se dissemina entre as pessoas do mesmo lar, maxime entre as crianças.

A syphilis e blennorrhagia e as molestias venereas, em geral communs a toda a cidade e a todos os paises, não tendo preferencia de clima, raça, alimentação, etc., no Ipú se encontram com muita frequencia.

As consequencias funestas destas affecções morbidas, o estudo de suas variadas manifestações pathologicas, não cabem nos moldes de nossa exposição.

As medidas hygienicas a tomar seriam as mesmas das outras localidades. Seria uma utopia querer-se entravar, obstar ou limitar a acção maléfica de taes molestias que, sem duvida, representam um factor importantissimo na pathologia. Mesmo assim, medidas de alcance geral são requeridas e o poder competente dellas deve cuidar.

Os preceitos hygienicos não devem ser encarados na sua rigorosa accepção, aliás improprios do meio local, mas aquelles que possam contribuir para melhorar o estado actual de cousas da cidade, pelo menos dando-se-lhe um aspecto mais apreciavel e pittoresco, mesmo de asseio nas suas principaes artérias, não devem ficar no olvido e sim restrictamente observados.

As disposições do regulamento da lei n.º 7 de 11 de fevereiro de 1892, que organisa o serviço sanitario do Estado, devem ter sua execução na cidade, principalmente na parte que diz respeito ao respectivo delegado de hygiene. Tudo aquillo que concernir ao serviço de suas aguas, evitando-se a accumulação de pantanos na estação do estio, limpeza urbana, etc., e mais o que possa cooperar para as bôas condições hygienicas de um nucleo qualquer devem merecer as vistas das autoridades respectivas. Deste modo, alliando esses preceitos de hygiene ás soffriveis condições de salubridade que possúe o Ipú, teremos hodierna e futuramente uma cidade invejavel e digna de admiração geral.

* * *

Duas palavras ainda, como remate ao presente capitulo, sobre a população do municipio.

Em rigôr, não se póde calcular o numero de habitantes do Ipú, na falta de dados positivos.

O mal, infelizmente, não é delle unico, do mesmo soffrem todas as localidades brasileiras pelos motivos de todos conhecidos: o pouco ou quasi nenhum escrupulo de quem nos governa naquillo que diz respeito ao serviço censitario do paiz, sempre mal feito, sem norma alguma, de maneira que, por um dever de lealdade, segundo teem confessado os seus organisadores, não se póde dar valor ás cifras que apresentam as respectivas synopses.

Para approximação, pois, do numero real dos habitantes do municipio do Ipú faz-se preciso um confronto com os calculos apresentados por aquelles que, do assumpto, se teem occupado, inclusive os desorientados recenseamentos procedidos em 1890 e 1900.

O esforçado autor do *Estudo Chorographico e Social do Brasil* (Florentino de Menezes), alludindo á população geral do Brasil, avaliada, segundo o seu criterio, em cerca de vinte e dois milhões de habitantes, numero que o illustrado moço, consoante sua declaração, arredondou intencionalmente, por ser impossivel saber-se ao certo o seu valor real, assim nos fala sobre esse assumpto :

« O ultimo recenseamento, feito em 1900, foi imperfeito, não correspondendo á população de hoje; e o que se ia proceder não poude ir adiante, devido a certas circumstancias.

« A população do Brasil não está espalhada egualmente.

« Muito rara ainda, em alguns Estados, onde existem vastas regiões despovoadas, ella é muito densa em outros, d'onde resulta, como é facil de vêr-se, um desequilibrio para a vida politica e economica do paiz, que consiste no predominio absoluto dos grandes Estados

« Pode-se affirmar que a distribuição da população no Brasil segue a costa e a margem dos grandes rios, tornando-se mais rara, á medida que se avança para o

interior, excepção feita de alguns pontos, como em Minas, onde agiram causas outras.

« A sêde do ouro e de outros minerios, que abundam nesta região, foi a principal causa de seu povoamento » ...

Antes da sêcca de 77 houve quem calculasse a população do Ipú de 16 a 18 mil almas, calculo esse sem base, opinando, entretanto, essa pessôa pelo accrescimento dessa relação, em consequencia do augmento productivo do municipio com o seu regular numero de propriedades agricolas e o incontestavel desenvolvimento que, posteriormente, tomou a cidade.

O dr. José Pompeu, em sua *Chorographia do Ceará* (apud, Alvaro de Alencar,) computou essa população em 24.460 habitantes, isto em 1888

O primeiro recenseamento procedido no territorio da Republica em 1890 dá uma relação para o municipio de 11.216 habitantes, comprehendendo 5782 homens e 5434 mulheres, disseminados pelos três districtos de Ipú, Varzea e Varjota. O de 1900 accusa 13.263 almas, sendo 6837 homens e 6426 mulheres, augmentando, de alguma fórma, essa cifra, comparada com o primitivo recenseamento e diminuindo consideravelmente do computo de 1877 e 1888.

Dadas, porém, as condições actuaes do municipio, o desenvolvimento que elle tem tomado ultimamente, computamos a sua população em 22.000 almas em proporções relativas para ambos os sexos. Para a cidade do Ipú avaliamos uma população de 5.000 habitantes.

Em todo caso, na impossibilidade de formar o valor positivo desse povoamento, optamos pela relação que ahi fica, a qual poderá ser modificada nos recenseamentos futuros.

## IV (1)

Estudando-se a formação litteraria de um povo, in-

(1) O presente estudo do meio litterario ipuense, publicado nas brilhantes paginas da *Revista da Academia Cearense* em seu tomo XIX, 1914, soffreu algumas modificações neste trabalho.—N. A.

vestigando-se o seu meio intellectual para aquilatar-se do seu desenvolvimento, torna-se preciso volver as vistas ao passado, procurar a historia dos seus primeiros dias, vêr ainda como elle se formou. como evoluio, emfim, quaes as causas contribuidoras dos diversos periodos de transição que o mesmo foi experimentando com o decorrer dos tempos, para depois «tirar as conclusões necessarias».

E' este o pensar do festejado autor d'*A Poesia de Amanhã* (MEDEIROS E ALBUQUERQUE)—*Revista da Academia de Letras Brasileira, (vol. I, fasc. I, pag. 41)* quando sentencía: «antes de philosophar é preciso reunir factos. Sem isso, não ha raciocinio sólido».

« Sempre que se procura saber qual será o destino de qualquer instituição, o que primeiro se impõe é o estudo de sua origem e evolução. Sabido de onde uma fórma proveio, como cresceu, como evoluio, tem-se uma especie de curva, que se pode representar mais ou menos graphicamente e que permittirá então deixar adivinhar como seguirá o resto do seu traçado.

« Si alguem verificar que todos os pontos de uma extensa curva estão distribuidos em torno de um ponto central, de que se acham rigorosamente equidistantes, não precisa grande capacidade divinatoria para completar aquella curva: ella deve ser um circulo. Não póde mesmo ser outra cousa. Si, porém, a parte conhecida da outra curva tiver certos caracteristicos da hyperbole, da parábola, nenhum geometra se enganará ».

Tomando por escopo as palavras que ahi ficam, vemos que o primeiro periodo da formação litteraria do Ipú, foi estacionario, senão embryonario, o que—força é confessar—foi devido, talvez, ao estado anarchico em que sempre se encontrou o povoado de então, a braços com luctas sanguinolentas que pareciam interminaveis, forçado o seu povo ao uso continuo de armas para defesa de seus direitos. Tudo está justificado na historia contemporanea ao tempo em que o pequeno povoado pertencia á freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Côcos, avassalado, nesse tempo, por u'a horda de malfeitores,

campeantes em toda zona, sem o respeito e moralidade, devidos ás autoridades constituidas do logarejo, roubando aqui, matando alli, dura contingencia que levou o ordeiro e pacato povo do Ipú a «usar tambem das armas para a defesa contra o punhal assassino».

Foi esta u'a epoca estacionaria de formação litteraria ipuense. O tempo mal chegava para os sobresaltos continuos de sua população.

Surgio, porém, o dia da redempção, aquelle que iria assignalar a phase de prosperidades tão ardentemente ambicionada. Foi ao tempo em que era elevado á categoria de villa o antigo povoado, ficando desmembrado da de Campo Grande, a que pertencia

Sobre esse acontecimento fala um historiador contemporaneo *(Herculano José Rodrigues—Fundação do Ipú)*:

«As autoridades trataram de perseguir os criminosos, havendo novas luctas e novas scenas de morticinio, sendo a ultima em 1846, por occasião de um assalto á villa, quando exercia as funcções de delegado—Manoel Ribeiro de Mello, que além de outros foi assassinado com dois guardas, morrendo na lucta o chefe do assalto—José de Barros Mourão.

«Com a passagem da villa deixou a freguezia de S. Gonçalo o padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, mudando-se para o Ipú

«O padre Correia, homem intelligente, amante da instrucção e de sentimentos humanitarios, muito concorreu para a pacificação da localidade, já como politico, já como ministro da egreja.

«Com a chegada delle, a familia ipuense sentio-se forte ao lado do pastor exemplar.

«Era elle uma dessas intelligencias robustas, um desses caracteres de bronze que não trepidava nas luctas em pról da santa causa da religião.

«Amante do trabalho, era tambem eximio agricultor.

«Foi assim que os habitantes do Ipú passaram por aquella época de horrores e vexames, constituindo depois em seu lar a verdadeira paz, que ainda hoje reina».

Data, pois, desse tempo, o inicio da formação mental dos ipuenses. quando se viram a salvo das investidas dos seus aggressores, collaborando elles para o engrandecimento do berço nativo, enriquecendo e valorisando as lettras patrias com a farta mésse de estimulo de que são possuidores.

Tudo isto, porém, é relativo, na altura do desenvolvimento do meio acanhado de suas explorações.

***

A vida intellectual do Ipú começou a movimentar-se, teve os seus primeiros passos, na exploração da arte dramatica, talvez, reconhecidos os seus pontificadores ao ensinamento do grande Alencar dando o theatro como uma escola, meio pelo qual melhor seria diffundida a instrucção, as luzes surgiriam.

Explorar a arte dramatica, conhecer os seus segredos, estudar as suas multiplas ramificações é o primeiro emprehendimento do moço sertanejo, que desapegando-se do convencionalismo natural ao meio de sua convivencia, empregando a sua actividade na occupação de trabalhos ronceiros proprios desse *habitat*, aspira, com a sua alma ingenua, um ambiente mais saturado, deseja galgar outras posições elevando o seu espirito a regiões desconhecidas.

Foi o theatro que primeiro concorreu para a formação litteraria desse povo na enscenação de peças de escriptores nacionaes, figurando entre ellas as obras de Alencar e Macêdo, introductores do theatro do romantismo—o que ha de melhor no theatro brazileiro—como affirma José Verissimo. *(O Theatro Brazileiro—Conferencia feita no "Conservatorio Dramatico de S. Paulo", em 12 de Outubro de 1910).*

A primeira aggremiação dramatica installada no Ipú denominou-se—*Sociedade Dramatica Ipuense* e teve como fundadores os jovens de então Thomaz de Aquino Correia e Sá, Felix Candido de Sousa Carvalho e Mello Andrade. Sua existencia foi ephemera—um meteóro que

passou—e os seus contemporaneos cercam a sua vida de episodios os mais divertidos, dando, todavia, a sociedade ao publico um attestado de sua curta duração e do seu evoluir. Algumas peças foram representadas com geral agrado.

Seu desapparecimento, pouco tempo depois da installaçãc, foi glosado em toda a cidade. constituindo, por alguns mezes, a nota do dia obrigada ás palestras de calçadas, habito peculiar ao povo sertanejo.

Teve um desfecho comico a morte do primeiro nucleo de arte ipuense, sendo victima—permitta-se-nos o paradoxo—de improvisado incendio, abrangendo os haveres particulares do thesoureiro e os da sociedade, salvando-se unicamente duas moedas de dobrões—oitenta réis —aliás refractarias ao fogo!...

E entre a desconfiança dos associados e galhofas do populacho desapparecia, para sempre, a promettedora associação. a primeira que nascera exclusivamente para marcar a éra de inicio da vida intellectual do Ipú.

O espirito persistente e comprovado de Thomaz Correia e a tenacidade reconhecida de Felix Candido não sentiram desfallecimentos, pelo contrario, mais animaram-se. Poucos annos depois—1886—apparecia uma segunda aggremiação—esta exclusivamente de lettras—o *Gabinete Ipuense de Leitura*, figurando mais, além d'aquelles dois fundadores, o padre João José de Castro, vigario da parochia e seu primeiro presidente, o major Antonio Francisco de Paula Quixadá, o então academico Francisco Ximenes de Aragão e José Candido de Souza Carvalho.

Este nucleo, melhor apparelhado, floresceu, teve uma vida mais demorada e no periodo de três annos, sem a menor solução de continuidade, constituio o ponto para onde convergia o escól litterario daquella época.

O cultivo das lettras foi então uma realidade. O gosto pelo estudo predominou entre seus associados, cuja matricula subio a 114

O *Gabinete* manteve regular bibliotheca, chegando a catalogar para mais de 700 volumes dos escriptores em voga, mais lidos e mais procurados naquellas éras.

De suas memorias destaca-se a conferencia que em seus soffriveis salões proferio o erudito dr. Raymundo de Farias Britto, já nesse anno, com o justo renome de que é hoje possuidor, e mais a commemoração civica levada a effeito no dia em que chegou a noticia da erecção da villa á cidade

Foi um acontecimento notavel para o Ipú - dis um contemporaneo—o desenvolvimento dessa imponente festa tocando ás raias do delirio

Quiz o destino, entretanto, que o *Gabinete de Leitura* passasse pelo mesmo cadinho de suas congeneres desapparecendo do numero das associações cheias de vida e trabalho.

Por motivo de ordem social, sob proposta de um consocio de genio mais alegre e folgasão, o *Gabinete* mudava de categoria, isto é, passaria a explorar terreno diametralmente opposto ao primitivo de sua congregação Dos dominios das massudas palestras litterarias em que somente predominava o exquesito gosto pela leitura dos classicos, muito em vóga naquella época e aliás productivos, em todos os tempos, passaria para os de Terpsychore, em demasia improductivos

Desfructando este campo antagonico, improprio, deixando o *Gabinete* de ser litterario para tornar-se dançante, foi o bastante para em breve desapparecer, abandonando de vez a sua bibliotheca, já reputada como uma das melhores dos sertões cearenses

Morreu o *Gabinete Ipuense de Leitura,* e o meio intellectual muito perdeu com o seu desapparecimento

Outras associações, no genero, posteriomente á morte do *Gabinete,* foram installadas. Temos conhecimento de mais quatro—*Cassino Ipuense, Club das Camelias*—associação fundada por senhoras,—*Recreio Ipuense* e *Recreio Dramatico,* figurando nellas os nomes dos srs. drs. Paulino Cruz, José Austregesilo Rodrigues Lima, pharmaceutico Thomaz Correia, Abilio Martins, Julio Cicero Monteiro, Joaquim Medeiros, o então seminarista Maximiano Pinto da Rocha e Francisco das Chagas Alves.

Todas, porém, tiveram a sorte das rosas de Malhe

bes: deram um signal de vida para morrerem no proprio nascedouro.

***

Segue-se a época do apparecimento de publicações.

Primeiramente—em honroso lugar—depara-se com o *Almanaque Ipuense*, sob a direcção do sr. Herculano José Rodrigues, esforçado cultor das lettras patrias

Conhecemos apenas dois volumes desse pequenino e interessante annuario, julgando mesmo que foram elles os unicos de sua vida.

Sem querermos fazer um estudo das minusculas paginas desse repositorio, ou ainda sugeital-o «ao crisól da critica, ao cadinho da analyse», vemos que de alguma fórma contribuio elle para o desenvolvimento das lettras da terra, pelo menos, durante os dois annos de sua existencia, foi o reproductor das locubrações litterarias dos seus dignos filhos, animando-os ao cultivo das mesmas, emfim, prestou farto contingente de estimulo á formação mental desse povo. E' patente, inconteste, o concurso prestado pelo *Almanaque Ipuense* ás lettras do Ipú.

Nos dois exemplares a que alludimos encontram-se, honrando as suas paginas, Herculano José Rodrigues, em assumptos historicos; Thomaz Correia (*T. C.*), poesia; Manoel Coêlho, prosa; Julio Cicero Monteiro *(Jucimon)*, prosa.

Compendiando-se o *Almanaque Ipuense*, fonte de informações praticas, comprehende-se o quanto de esesforço despendeu o seu organisador, procurando dotar a terra de seu berço com um repositorio digno, na altura do desenvolvimento intellectual de seus conterraneos.

O seu apparecimento—no anno de 1900—veio preencher uma lacuna de que ha muito se resentia o meio litterario ipuense, e o sr. Herculano José Rodrigues, «rompendo alguns embaraços, que se apresentam na vida lit-

teraria», como elle proprio o confessa no preambulo de seu livrinho, offereceu á opinião publica um trabalho, senão «perfeito que possa ser apreciado por aquelles que conhecem a grandeza da arte», pelo menos um attestado solemne do seu grande emprehendimento, no qual se vê «a sua força de vontade e o seu desejo ardente de prestar um concurso á causa das lettras do Ceará».

Não é conhecida a critica do *Almanaque Ipuense*, mas, por mais acêrba e ingrata que ella fôra, somente a declaração de seu autor, penitenciando-se e declarando-se jamais ter tido pretenções á litteratura—«tendo como primeiro sonho o engrandecimento de sua patria, que ama extremecidamente»,—era o quanto bastava para exi-mil-o das faltas que, por ventura, notadas fôrem, nas centenas de paginas de seus dois mimosos opusculos.

***

O terceiro periodo de rejuvenescimento das lettras ipuenses foi o que começou a ser cultivado por meio da imprensa, a bella manifestação do progresso de um povo.

A principio—devido talvez ao meio escasso da vida dos sertões, baldo de communicações—ella surgio, nesta plaga, em épocas determinadas, feita caprichosamente á mão, em cujas pequeninas columnas de seu orgão, de caractéres disformes, demonstrava-se o acendrado e devotado amôr das lettras. Esta especie de imprensa, muito usual nas paragens sertanejas, reputamol-a prejudicial por que quasi sempre, com honrosas excepções, ella degenera em pasquins detestaveis, tresandando, na maioria dos casos, em uma linguagem abjecta, em um vocabulario nojento, improprio do meio, alimentando, continuadamente, intrigalhadas vís e mesquinhas no seio das familias locaes, introduzindo-se no lar respeitavel, atassalhando a honra alheia e quejandas miserias.

Felizmente—para honra do glorioso povo do Ipú—ella teve, na cidade, os seus orgãos todos cheios de um linguagem decente, na altura dos conhecimentos de seu

inventores, demonstrando unicamente o muito desejo que elles tinham na aprendisagem do jornalismo.

Foi esta imprensa aqui representada em differentes phases: primeiramente pelo *O Sol*, tendo como redactores Thomaz Correia e Felix Candido, *O Ipuense*, de Thomaz Correia, Felix Candido e Manoel Marinho, seguindo-se-lhe *A Brisa*, ainda da responsabilidade de Thomaz Correia, Felix Candido e José Candido; *O Espelho*, de Eduardo Saboya, actualmente deputado ao Congresso Federal, jornalzinho que durou mais de um anno; e o *Paladino*, orgão da sociedade litteraria PALADINOS DO PROGRESSO, de Julio Cicero Monteiro, Felix Porfirio de Souza, Herculano José Rodrigues e Manoel Coêlho.

Após a fartura de jornaes manuscriptos, surgio na arena jornalistica indigena o primeiro periodico impresso, *O Ipuense*, sob a direcção de Júlio Cicero Monteiro, tendo como collaboradores diversos intellectuaes da terra. Esse jornal foi o primeiro do Ipú. Era hebdomadario e chegou a publicar 20 numeros consecutivos.

Segundo o catalogo de jornaes do Ceará, organisado pelo sr. J. B. Perdigão de Oliveira, *O Ipuense* saío no anno de 1890, tendo de existencia pouco mais de um anno. No seu *Catalogo da Imprensa Cearense*, publicado por occasião do 1.º Centenario da Imprensa no Brasil, o dr. Barão de Studart, além das informações exaradas, dá *O Ipuense* como tendo apparecido a 24 de outubro de 1890 e saído da typographia d'*A Ordem* de Sobral.

Com o desapparecimento d'*O Ipuense* foi publicado depois—*A Cidade do Ipú*, tendo como redactor principal o sr. Jovelino de Souza. Nesse periodico collaboraram Felix Candido, A. Marrocos e Telles de Souza, em assumptos diversos.

A época, porém, que mais repercutio na zona, foi a que brilhou, por algum tempo—periodo de março a novembro de 1913—com a *Gazeta do Sertão*, esta alcandorada e interessante *Gazeta*, filha da cerebração de Leonardo Motta, espirito talhado para as lides jornalisti-

cas, e que, embóra nascido em outro recanto do Ceará e ligado ao Ipú pelo coração, aqui vio medrar as suas aspirações de visionario, unindo o seu nome á respeitavel familia ipuense.

Longe de ferir o amor proprio de outrem, affirmamos o seguinte: o periodo em que se publicou a *Gazeta* foi o de maior effervescencia nas lettras da terra pelo abundante contingente, que ella offereceu para a sua historia.

Hebdomadariamente as suas columnas trasiam um attestado exhuberante do *fervet opus* intellectual. Suas paginas vinham sempre prenhes de escriptas de Abilio Martins *(Kiamil)*, como elle assignava as suas chronicas, Souto Maior, Apollonio de Barros, Leo Martin e outros, inclusive a parte insulsa do autor destas linhas.

O lado mais pesado era entregue ao seu director, verdadeiro polygrapho destinado a futuro promissor no jornalismo, carreira de sua predilecção.

A *Gazeta*, por força de circumstancias momentosas —a retirada temporaria desta cidade do seu director— suspendeu a sua publicação.

*
* *

Perfilemos, nominalmente, as individualidades litterarias do Ipú.

Em primeiro plano destaca-se o vulto de Farias Britto. Neste, fazendo-se o seu elogio, ficam bem as palavras do perfil de Gama Rosa: «um grande espirito progressivo, illuminado pela cultura das idéas geraes, pensador e philosopho».

O dr. Raymundo de Farias Britto nasceu na villa de S. Benedicto, deste Estado, sobre a serra da Ibiapaba. Veio, porém, para o Ipú, em tenra edade, e nesta cidade teve os seus primeiros ensinamentos.

Hoje, orgulha-se elle da victoria conseguida no disputado concurso da cadeira de logica no Collegio Pedro II, no Rio de Janeiro, e no qual figurou o maior intellecto brasileiro, tendo como competidor, entre outros, o

vulto soberanamente respeitado nas lettras patrias, «o talento vibrante, barbaro e dyonisiaco de Euclides da Cunha», o autor dessa monumental obra que apontou ao mundo o seu valor – *Os Sertões*.

Farias Britto—consummado autor da *Finalidade do Mundo*—occupa hoje a cadeira que disputara a principio com invejavel erudição, cujo accesso lhe coube pela morte de Euclides da Cunha, sem que, entretanto, lhe fosse desairosa essa nomeação, a que, aliás, tinha direito, primitivamente, pela classificação que obtivera no concurso.

O justo renome de que elle gosa, como respeitado philosopho e jurista consummado, é uma gloria para este solo do Ceará que se honra de possuir um illustre filho adoptivo, occupando posição avantajada no meio intellectual do paiz.

Ao lado do dr. Raymundo de Farias Britto vemos ainda os nomes dos srs. drs. Theodureto Carlos de Farias Souto e Felix Candido de Souza Carvalho, este, actualmente desembargador do Tribunal da Relação do Estado, encomiado nas lettras Juridicas pelo vasto preparo que possue.

São estes os nomes dos ipuenses em destaque na litteratura nacional, os quaes, por força das conveniencias, emigraram do patrio lar Lá fóra, porém, elles melhor ennobrecem o nome da terra querida, elevando-a dignamente.

Vejamos, agora, aquelles que, de presente, cultivam a litteratura nas suas multiplas ramificações.

Obedecendo a ordem chronologica que deve presidir estas investigações, destaca-se, primeiramente, o nome de Thomaz de Aquino Correia e Sá, o popular Thomaz, o idolo da familia ipuense, um benemerito emfim pelos relevantes serviços que vem prestando á causa da humanidade e ao seu berço nativo, como pharmaceutico que é.

Nas horas que lhe sobram dos seus affazeres quotidianos não é difficil vêl-o sempre em sua banca de trabalho, de livro aberto, absôrto em suas paginas, talvez, tendo em mira o *fugit irreparabile tempus* dos romanos.

Delle conhecemos varios trabalhos poeticos e não nos furtamos a transcrever uma das suas melhores producções, trabalho que, publicado, mereceu a honra de ser transcripto em varios jornaes do norte e sul do paiz.

E' um soneto triplice, como elle o denomina, pela original fórma de sua confecção, podendo ser lido de uma só vez ou de três maneiras, á vontade do leitor.

Neste paciente trabalho, Thomaz Correia perfila o typo de Iracema «a morena virgem dos labios de mel» de quem se occupou o genio de José de Alencar.

Vejamos o bello soneto:

Da canella gentil
Roubaste a bella côr
P'ra teu collo gracil,
Oh! minha linda flôr.

Selvagem linda
Genio idéal,
Tens graça infinda
Celestial.

Teus labios de coral
De volupia e amôr,
Formam puro idéal,
Verdadeiro primôr.

Labios ardentes
Na bócca breve
Cercando dentes
Frocos de neve.

Que belleza pôz Deus
Nos meigos risos teus,
Nos olhos tão gentis,

Que graça immensa,
Que chamma intensa
No puro olhar!

Na bôcca de carmim
Um beijo, ai de mim!
Far-me-ia ser feliz.

Quanta doçura,
Que gran ventura
Em te adorar!...

De suas *Quadras Singélas:*

Um beija-flôr já vi morto
Ao pé de verde roseira,
Deu-lhe a morte agudo espinho
De uma rosa traiçoeira.

Quantos corações não ha,
Que vão em busca do amôr,
E vão nisso achar a morte
Como o pobre beija-flôr.

São estas duas quadrinhas, leves e subtis. tiradas a esmo de uma collectanea, onde encontramos diversas com o titulo acima, todas justificando o pendor do poeta.

***

De Abilio Martins nada conhecemos em materia de poesia, o que elle cultiva com perfeição, com o rithmo e expressões adequadas ao verso.

Dizem que são muitas as suas producções poeticas, algumas transformadas em lettra de fôrma, mas baldado foi o nosso esforço em procural-as, pois não tivemos a felicidade de lhes pôr as vistas.

Abilio Martins vive actualmente com o espirito obcecado, despendendo a sua actividade na politica do Estado, da qual é um dos esteios. Mesmo assim, em épocas indeterminadas, publicou uma série de chronicas na *Gazeta do Sertão,* occultando-se sob o pseudonymo de *Kiamil.* Seus escriptos eram leves e maneirosos. deleitando o espirito daquelles que liam o attestado vibrante de sua esclarecida intelligencia.

Como prova frisante desta asserção vejamos a esplendida chronica em que elle glosava um cachorro da superintendencia da via-ferrea:

> «Um bello dia, appareceu, assombrando a burguezia, um inglez carrancudo e solemne, a viajar na companhia de um cachorro n'um vagon de primeira do horario da *Sobral.* Viajava o par isolado e só n'um vasto carro vasio.
>
> «Ensardinhados, acotovellando-se, aborrecidos e fatigados, centenas de passageiros se amontuavam na escassez de espaço de um vagon menor a murmurar da exquisitisse do privilegio concedido aos dois exoticos viajantes.
>
> «O caso, com effeito, era novo e tinha graça.
>
> «Emquanto a velocidade do comboio

transpunha as distancias, o inglez dormia e, de sentinella, o cachorro velava.

«Os passageiros simples e ingenuos pasmavam da maneira como aquellas duas creaturas se comprehendiam e eram tão privilegiadas.

«Descobrio-se depois, com certo esforço, que o inglez sombrio era o director da estrada, mas o que não se descobrio afinal foi a posição administrativa do cachorro.

«O caso, na verdade, era novo e vinha quebrar, de sopetão, a praxe democratica que a passada administração, de brasileiros, adoptára.

«Isto de viajar, em commum, em promiscuidade plebéa, não é para saxão que se prese nem para cachorro que se acamarade com inglez.

«Não houve protesto porque o povo desta região não sabe protestar...»

. . . . . .

. . . . . .

***

De Souto Maior, filho de outro sólo, embora, mas dedicando toda a sua actividade a esta terra, despendendo aqui toda a energia de sua intelligencia, nada conhecemos firmado pelo seu nome individual. As paginas da *Gazeta*, como um dos redactores que era, deram provas cabaes de seu preparo

Sabemos, entretanto, que conhece o segredo da arte de versejar, e que conseguiu, ainda aos tempos de academia, vêr uma das suas producções poeticas premiada, em primeiro logar, em um concurso de lettras levado a effeito na terra dos Andradas por uma das suas revistas letterarias

Denominava-se *Exilado*, e nos quatorze versos desse soneto o poeta soube, com arte e inspiração, firmar os creditos de sua intelligencia privilegiada.

Com muita ufania o nosso perfilado guarda o manuscripto de um trabalho de psychologia, em que faz um estudo comparativo dos sertões do Estado de Pernambuco e Ceará.

Aguarda momento opportuno para sua publicação.

***

De Herculano José Rodrigues o seu elogio está feito: deve-se ao muito esforço despendido na publicação do seu *Almanaque Ipuense*.

São diversos os escriptos publicados, avulsamente, por esse operoso filho adoptivo do Ipú, na sua maioria sobre assumptos historicos, o que cultiva com geito e reconhecido gosto.

E' quem mais tem escripto sobre a historia do Ipú.

***

De Manoel Coêlho, que tambem cultiva as lettras, conhecemos apenas alguns trabalhos, em prosa, publicados em paginas do *Almanaque*.

E' moço e esperançoso e se continuar a cultival-as, estudando, certo contribuirá com o seu esforço para o desenvolvimento do meio intellectual de seu torrão natal.

***

De Augusto Passos, intelligencia reconhecida, mas não cultivada, conhecemos apenas alguns trabalhos juridicos—um publicado em folhetos—nada tendo produzido até hoje, litterariamente falando.

Dedicando-se aos livros, moço que ainda é, indubitavelmente prestará, de futuro, seu contingente ao progresso das lettras locaes. Intelligencia não lhe falta.

***

De Julio Cicero Monteiro, infatigavel batalhador das

lettras, dado a assumptos linguisticos, sua predilecção, são diversos os attestados de seu bem formado intellecto. Varios são os seus escriptos que correm esparsos em jornaes e revistas do paiz.

Cultiva tambem a poesia e delle conhecemos um soneto, em que o poéta lavra o seu protesto contra os injustos qualificativos que atirára á mulher um perúano.

E' uma resposta ao pé da lettra, como elle a classifica, e para melhor juizo do bem feito trabalho de Julio Cicero Monteiro aqui vão os dois sonetos:

## A MULHER

(De Manuel Melgar, perúano)

Não nasceu a mulher para ser qu'rida,
Por esquiva, por falsa, por voluvel;
E como é bella, fraca, miseravel,
Não nasceu para ser aborrecida.

Não nasceu para vêr-se submettida,
Visto sêr de caracter indomavel;
Porém, como a prudencia é nella instavel,
Não nasceu para ser obedecida.

Como é fraca, não pode ser solteira,
Como infiel, não pode ser casada,
Mutavel, não é facil que bem queira.

Não sendo para amar, nem ser amado,
Nem para ser vassala, nem primeira,
Não serve, finalmente, para nada.

Resposta ao pé da lettra;

(Ao sr. Manuel Melgar)

Só naseeu a mulher p'ra ser querida,
Por ser na terra o ente mais amavel,
E como é bella, doce e inimitavel,
Não nasceu para ser aborrecida.

A seus pés co'a fereza submettida
Devem prostrar-se o bravo e o indomavel
E tudo quanto é firme ou é instavel;
Porque em tudo seja obedecida.

Ella fraca? Ella é forte e altaneira,
Como filha ou esposa idolatrada,
Tem a força e valor d'uma guerreira.

A mulher só nasceu p'ra ser amada,
Para reinar no mundo e ser primeira
E dos homens querida e venerada.

E' este soneto um dos melhores attestados do valor de Julio Cicero Monteiro, no verso.

O esforçado ipuense não se tem esquecido da historia de sua nobre terra, e, nas paginas do *Almanaque* de Lembranças de Lisbôa, escreveu desenvolvida noticia fazendo-a preceder de bem acabada planta da cidade.

Publicou mais dois bem lançados artigos—*Quedas do Ipuçaba* e *A Cascata do Ipuçaba*, trabalhos que muito recommendam os seus fóros de escriptor.

E' dado ainda ás lides do jornalismo, professando-o com decidido gosto e real proveito.

***

Quanto a Leonardo Motta, ipuense pelo coração, a sua individualidade litteraria, os seus surtos de poeta, a sua reputação emfim, abrangem um meio mais desenvolvido que este, pois pertence elle a essa pleiade illustre de litteratos cearenses, essa brilhante geração de moços que tem como representantes Antonio Salles, Frota Pessôa, Cruz Filho, Julio Maciel, Mario Linhares, padre Antonio

Thomaz, Americo Facó, Irineo Filho, Rodrigues de Andrade, Soares Bulcão e outros muitos

Nestas poucas palavras está feito o seu elogio.

Por uma gentileza peculiar ao joven poeta, guardamos delle o bello soneto que, em seguida, transcrevemos, e que nos foi offertado com expressiva e carinhosa dedicatoria.

E' a attestação solemne do seu talento, e de sua afanosa vida de fazedor de phrases, « vivendo entre a poesia e o sonho ; sonho e poesia tão consoladores e bons»

Eis o artistico quatorzeto :

## SAGRADO ENLEVO

Tão lembrados de mim teus olhos trago,
Tanto ao prazer de em ti pensar me entrego
Que até de mim me esqueço e alheio—cego
Pela do sonho estrada de S. Thiago.

Velas desfraldo ao vento sobre o pego
Da Scisma, de ondas molles como um lago :
Nada importa ignorar quando naufrágo,
Se sei que em doce paz hoje navego.

Senhora, a merecer-te o osculo amigo
Si é cantar, si e soffrer, a alma interrogo
E a alma :—canta-lhe o coração verdugo !

Tens, pois, meus versos lyricos comtigo...
Nelles exalço teu Poder e rogo
A graça de soffrer teu doce jugo !

*
* *

De Archimedes Memoria, que com muito brilho frequenta, actualmente, a Escola de Bellas Artes do Rio de Janeiro, figura de maior destaque entre os de seu curso de architectura, ramo de sua predilecção, conhecemos varios trabalhos, no genero, alguns premiados, attes-

tando raro pendor pela carreira que abraçou, aliás os primeiros vôos da grande conquista, que o futuro lhe aguarda na brilhante trajectoria tão auspiciosamente encetada.

São d'*O Rebate*, de Sobral, as seguintes palavras sobre a sua individualidade:

« O joven cearense tão somente pelos seus talentos e meritos conseguio conquistar o primeiro lugar entre todos os seus collegas que estudam naquella Escola.

« E' que Archimedes Memoria já nasceu feito artista, precisando apenas que lhe apontem o caminho por onde deve seguir rumo á gloria, que a Arte reserva para seus eleitos.

« E' sobremodo desvanecidos que vemos o Ceará tão brilhantemente representado na Escola de Bellas Artes da capital da Republica ».

Archimedes Memoria é o autor da modificação da planta da cidade do Ipú, que se vê annexa ao presente trabalho.

***

De Raul de Souza Carvalho, rebento illustre de honrada prole ipuense, são diversos os trabalhos transformados em lettra de fôrma, esparsos em publicações do paiz.

Raul Carvalho, que allia as suas excellentes qualidades de belletrista as de fino cultôr do direito, como bacharel formado em sciencias juridicas e sociaes, actualmente, por fôrça de injuncções partidarias, se encontra arredado da carreira que havia dignamente abraçado—a magistratura—aguardando melhores dias para immediata reparação do damno causado, roubando-se-lhe um direito que é seu, unicamente seu.

Lastimamos não ter, de momento, uma das optimas producções do joven escriptor patricio para attestação, nestas paginas, do seu talento de escól.

***

De Antonio Marrocos, de reputação firmada nas let-

tras juridicas, como advogado de incontestavel valor, sabemos que tambem cultiva a poesia, não sendo pequeno o numero de suas producções publicadas em jornaes e revistas do paiz.

Antonio Marrocos, de um certo tempo a esta parte, recolheu-se a uma vida privada e sedentaria, entregue hoje ao descanço do espirito, experimentando as doçuras de invejavel casa de campo, não tendo mais—para infelicidade do meio litterario da terra,—contribuido com o seu forte auxilio para o desenvolvimento do mesmo, já como abalisado preceptor da mocidade, já como reputado jornalista que é, despendendo a energia de seu vasto preparo intellectual.

São suas as seguintes quadrinhas subordinadas ao titulo *Desillusão* e encontradas ao acaso :

« A rosa cheia de espanto
Disse um dia ao beija-flôr :
—Para que me beijas tanto ?
Ter-me-ás, acaso, amôr ?

Mas o beija-flôr responde :
—Tem paciencia, querida ;
O regaço teu esconde
O nectar que me dá vida.

Diz a rosa entristecida :
—Sáe de minha frente, sáe !
Vou tornar breve esta vida !..
De repente murcha e cáe ».

O nosso perfilado tem, ainda, uma veia humoristica, e, por algum tempo, publicou uma série de *Fabulas d'agua doce*, em jornal da zona do norte do Estado, o que muito agradou pela simplicidade da fórma, em estylo leve e ironico, analysando typos e coisas da actualidade.

***

De Oswaldo Araujo, muito joven ainda, são diversos os attestados de sua desenvolvida intelligencia.

Tem collaborado em alguns jornaes publicando trabalhos com o pseudonymo de *Osorio Sepulveda*, demonstrando muito amôr ao estudo e decidido gosto pelo jornalismo.

Foi um dos batalhadores da saudosa *Gazeta do Sertão*.

De sua lavra conhecemos regular ensaio litterario, no qual o plumitivo, com vantagem, descreve um quadro destas paragens sertanejas, dando a côr real e nitida da tradicional *moagem*, tudo isso, porém, em estylo simples, sem rebuços ou atavios de linguagem, o que mais valor lhe empresta.

Os periodos em seguida transcriptos corroboram a asserção :

> —Eh ! boi! Vamos, Lavarinto ! Creoulo, marcha ! eh! eh ! eh ! boi ! São estas, mais ou menos, as palavras que cantadas (para não dizer berradas) num som confuso e arrastado ouve a pessoa, que se approxima de um engenho de canna, ou simplesmente de um «engenho» no Ipú.
>
> O tangedor, quasi sempre um molecote pilherico e maltrapilho, faz um appêllo a toda força de seus bronzeos pulmões para «aboiar» bonito quando tange, ora escanchado na almanjarra, ora acompanhando-a em passo lento, a mansa junta de bois, que, com paciencia jobesca, arrastando o madeiro ruidoso e pezado que move o engenho, vae vagarosamente repisando o circulo feito por seus passos.
>
> O garoto, á proporção que berra pelo nome dos bois—nome que varia em cada engenho—*cutuca-os* com o ponteagudo ferrão ou açoita-os com o *chiquerador*, ou ainda, na falta deste, com um simples bagaço de canna retirado do pé do engenho.
>
> Não é raro vêl-o interromper seu canto dissono para tirar com os dentes a casca da

canna, que chupa continuando a acompanhar o passo moroso dos bois, ou para chupal-a com a casca suja e repugnante, deixando escorrer pelo queixo um grosso fio de garapa, que vae humedecer o peito da grossa camisa.

Um operario vae alimentando as moendas a dois e três pedaços de canna retirados de um monte limitado por duas estacas fincadas no chão, emquanto um outro, do lado opposto, puxa o bagaço e arruma-o em outro monte, de onde é retirado em costa de jumentos ou por «trabalhadores», para o cercado onde se acham os animaes do serviço.

A garapa desce por uma tosca bica de madeira, indo cahir nas dornas, que, mais ou menos cheias estão distribuidas em linha em outro compartimento do predio. Neste mesmo compartimento se acha collocado o alambique—manancial de cachaça ou *cachichi* — vigiado pelo distillador, geralmente um velho, com a camisa fóra das calças, trazendo pendurado ao hombro, atado á ponta de um lenço encarnado a que chama *lenço de tabaco*, o inseparavel *corrimboque*, e que, com seu aspecto algo respeitavel, accumula as funcções de distillador e gerente.

Amiúde vão chegando os rusticos *habituês* da garapa *doida*, azedinha ou *musturada*. O velho distillador, num ronceirismo que lhe é peculiar, dirige-se ás dornas empunhando u'a medida de folha que tem a capacidade de u'a garrafa (de que tomou o nome) e a utilidade de um copo. Soprando a espuma que borbulha nesta dorna, onde a effervescente garapa não está bem *doida*, tirando daquella a *doidinha* ou aparando na bica

a doce para com esta preparar a *mustura-da*, vai o gerente despachando sua bôa freguezia».

* * *

* *

Finalizando este capitulo em que fica descripto o desenvolvimento das lettras da terra, não póde o chronista esquecer o nome querido de um mallogrado filho do Ipú, prematuramente roubado do numero dos vivos quando lhe sorriam, dôces e fagueiras, vinte e duas primaveras, cheias de esperanças e illusões e da ardencia peculiar aos jovens de sua edade.

A chronica veste-se de pezado crepe rememorando os dias desse pranteado moço José Liberato Filho que, em vida tão curta, deixou traços luminosos de seu desenvolvido intellecto.

José Liberato morreu aos 22 annos, como academico de direito, deixando regular bagagem de escriptos publicados em jornaes, principalmente no *Jornal do Ceará*, do qual era assiduo collaborador, ao tempo da direcção do pranteado cearense Waldemiro Cavalcante.

Cultivou a poesia com esmerado gosto, e, já doente, internado no hospicio de Porangaba, escreveu o soneto abaixo, talvez seus ultimos ensaios nas lettras.

Causa-nos dó recordar esses versos sentimentaes em que o desventurado ipuense, alterado embôra em suas faculdades mentaes, implorava á santa e extremosa mãe sua cura, rogava um palliativo para o seu cruel soffrimento, amenisando as suas dôres, nas grades do asylo:

Vejamol-os:

## A' MINHA MÃE

Ai minha mãe, ai santa creatura,
Consolo que me foste em vida outr'ora,
Que inda me alenta nesta desventura,
Cuja lembrança a minha dôr minora.

Espero que do céo uma luz pura,
Uma benção sagrada que avigora
Venha trazer-me o balsamo da cura,
Venha fortalecer-me a alma que chora.

Despreude das paragens luminosas,
Implorando d'entidades poderosas
Melhora a este teu filho humilde e crente.

Ai, quebra deste quarto as portas duras,
Com lugares mais livres me protejas,
Que aspiro agora mesmo reverente.

Quão varia e cruel é a sina!...
« E é isto a vida!...
E' assim o destino! ».

* * *

E muitos outros filhos do berço e adoptivos do Ipú poderiam ser incluidos neste ligeiro estudo do seu meio intellectual, não sendo esquecidos os nomes dos jovens padre Gonçalo de Oliveira Lima, Manoel Ribeiro de Miranda, José Assis de Araujo, etc., intelligencias promettedoras, sem que, entretanto, tivessem dado até hoje prova cabal dos seus espiritos bem formados.

Do exposto podemos concluir com as seguintes palavras de Sylvio Romêro: «quaesquer que tenham de ser as desillusões que os destinos historicos lhe reservem, a nossa raça ha de sobreviver no futuro, e, lá bem longe, quando os sonhadores do passado houverem de rastejar o fio de ouro, não no ruido das batalhas e nas chicanas da

politica, mas sim nas effusões da alma, nas energias do sentimento, estes escriptos hão de ser chamados a depôr, como documentos authenticos; porque nelles vive a grande alma deste paiz; porque nelles canta e folga, ou geme e chora este mixto de entusiasmo e melancolia, de saudade e intrepidez, que é o genio lusitano transfigurado na America».

*Eusebio de Souza.*

1915, Fevereiro, 2.